



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
COLÉGIO TÉCNICO DE LIMEIRA

COTIL

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO
CURSO TÉCNICO EM QUALIDADE
CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE AO
ENSINO MÉDIO**

REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Prof. Dr. Marcelo Knobel

COORDENADORA GERAL DA UNIVERSIDADE

Profa. Dra. Teresa Dib Zambon Atvars

DIRETORA EXECUTIVA DE ENSINO PRÉ-UNIVERSITÁRIO

Profa. Teresa Celina Meloni Rosa

DIRETOR GERAL DO COLÉGIO TÉCNICO DE LIMEIRA

Prof. José Roberto Ribeiro

DIRETOR ASSOCIADO

Prof. José Alberto Matioli

DIRETORA ACADÊMICA

Profa. Susy Mary Aparecida Bertagna Jacintho

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Prof. César Donizetti Bazana

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Profa. Regiane Aparecida Emiliano Potenza

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO CURSO

Formou-se um Grupo de Trabalho para elaboração do Projeto Político-Pedagógico com os seguintes membros, designados pela Portaria COTIL-19/2019:

Profa. Ms. Susy Mary Aparecida Bertagna Jacintho

Profa. Regiane Aparecida Emiliano Potenza

Prof. Dr. André Albino de Almeida

Prof. Ms. Murilo França Tabosa

Profa. Ms. Camila Fraisoli

Prof. Ubiratã da Silveira Bueno

Prof. Ms. Amauri Aparecido Aguiar

Prof. José Fernando Franco da Rocha

Ms. Aline Serpeloni Aleixo Ferreira

SUMÁRIO

1. Identificação da Instituição	6
2. Missão	6
3. Visão.....	6
4. Objetivo Geral.....	6
5. Perfil do aluno egresso	6
6. Meta	7
7. Princípios.....	7
8. Valores	7
9. Histórico institucional	7
10. Histórico do campus e sua caracterização	8
11. Proposta Político-Pedagógica	14
11.1 Introdução.....	14
11.2 Apresentação.....	18
12. Justificativa e demanda de mercado.....	20
13. Objetivo do curso técnico em Qualidade.....	25
14. Perfil profissional de conclusão do Técnico em Qualidade.....	26
15. Requisitos e forma de acesso	26
16. Legislação de referência	27
17. Organização curricular	28
17.1 Identificação do curso	29
17.2 Estrutura curricular.....	30
17.3 Ementas	31
18. Metodologia	40
19. Avaliação da aprendizagem	41
19.1 Processo de Avaliação	42
19.2 Processo de Promoção.....	43
19.3 Processo de Recuperação.....	43
19.4 Retenção	44
20. Trancamento.....	44
21. Conselho de Classe.....	45
22. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	46
23. Estágio supervisionado	46
24. Projeto integrador	47
25. Critérios de aproveitamento de estudos.....	47

26. Dispensa de disciplina	47
27. Atividades de pesquisa	48
28. Atividades de extensão	49
29. Internacionalização	49
30. Apoio ao discente	49
31. Avaliação do curso.....	50
32. Ações inclusivas	50
33. Equipe de trabalho.....	51
33.1 Departamento de Qualidade	51
33.1.1 Docentes da Formação Profissional	51
33.1.2 Docentes da Parte Diversificada Obrigatória.....	52
33.2 Corpo técnico-administrativo.....	54
34. Instalações e equipamentos	55
34.1 Infraestrutura física	55
34.2 Laboratórios.....	56
34.2.1 Laboratório do curso técnico de Qualidade	56
35. Biblioteca	56
36. Acessibilidade.....	57
37. Referências Bibliográficas.....	57
38. Modelos de Certificados e Diplomas.....	58

1. Identificação da Instituição

NOME: COLÉGIO TÉCNICO DE LIMEIRA

SIGLA: COTIL

NATUREZA JURÍDICA: autarquia estadual

VINCULAÇÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CNPJ: 46.068.425/0001-33

ENDEREÇO: Rua Paschoal Marmo, 1888 – Jardim Nova Itália – Limeira/SP

CEP: 13484-332

TELEFONE: (19) 2113-3303

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: www.cotil.unicamp.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: cotil@cotil.unicamp.br

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei Estadual nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962; autorizado a ser instalado e a entrar em funcionamento pela Resolução C.E.E. no 46/66 e Deliberação C.E.E. no 12/70, Diário Oficial de 29.01.1972, página 21.

2. Missão

Desenvolver as competências do educando para que se torne um cidadão capaz de superar, de forma crítica, ética e criativa, os desafios do mundo globalizado, interagindo com segurança na sociedade.

3. Visão

Ser reconhecido como uma unidade de ensino engajada e comprometida com a comunidade e em sintonia com o mercado de trabalho, para formar cidadãos capazes de superar de forma crítica, ética e criativa, os desafios do mundo globalizado, interagindo com segurança na sociedade.

4. Objetivo Geral

Proporcionar ao educando formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania.

5. Perfil do aluno egresso

O perfil de aluno almejado é de um profissional que possa atuar com competência e precisão nas diversas áreas de formação dos Colégios, tanto na aplicação do conhecimento técnico como no prosseguimento do estudo científico. Busca-se a formação de um profissional atualizado, com visão crítica, pautada pela multidisciplinaridade, pelo raciocínio lógico e pelo método científico. Além de um cidadão

ético e preparado para seguir os estudos na academia, pretende-se formar profissionais versáteis, conscientes e responsáveis, com visão de futuro e perfil integrador, inovador e criativo para a identificação e resolução de problemas, com atuação empreendedora, colaborativa e abrangente no atendimento às demandas do mundo do trabalho e da sociedade.

6. Meta

Continuar expandindo o número de vagas, criando cursos e promovendo educação profissional para atender à sociedade, a fim de que o educando participe do mercado de trabalho com uma profissão que supra a demanda da comunidade e região. Dessa forma, a UNICAMP abrange uma faixa maior da população, contribuindo para o bem-estar social e econômico.

7. Princípios

Oferecer as melhores condições para o exercício ético da educação.

8. Valores

Responsabilidade, ética, honestidade e solidariedade.

9. Histórico institucional

O Colégio Técnico de Limeira, da Universidade Estadual de Campinas, COTIL, foi criado pela Lei Estadual nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, e autorizado a ser instalado e a entrar em funcionamento pela Resolução C.E.C. nº 46/66 e Deliberação C.E.E. nº 12/70, Diário Oficial de 29/01/72, página 21. A instalação se deu em 24 de abril de 1967, dia em que se comemora seu aniversário. Inicialmente recebeu o nome de Colégio Técnico e Industrial de Limeira, tendo como sua mantenedora a Universidade Estadual de Campinas. Iniciou seu funcionamento nas instalações do Ginásio Estadual Industrial Trajano Camargo de Limeira e em 1973 passou para as novas instalações no atual *campus* de Limeira da UNICAMP. Ministrando educação geral e preparando para o exercício de atividades especializadas de nível médio, oferecia inicialmente os cursos de Máquinas e Motores, Edificações e Estradas. O curso técnico de Enfermagem foi criado em 17 de setembro de 1974 e, em 24 de dezembro de 1974, alterou-se a denominação do curso de Máquinas e Motores para Mecânica. Em 1991, foi autorizado o curso técnico de Agrimensura, em substituição ao curso de Estradas, com início em 1992. Em 1991, também criou-se o curso técnico de Processamento de Dados, que passou a se denominar Informática em 2000. Em 1994, foi criado o curso técnico de Qualidade e Produtividade, o primeiro da América Latina.

A partir de 2005, adequou-se ao Decreto 5154/2004, Parecer CNE/CEB 39/2004, e ofereceu os cursos técnicos concomitantes ao Ensino Médio ou subsequentes a quem já tenha concluído o Ensino Médio ou o esteja cursando (art. 1º, art. 4º). A partir de 2007, ofereceu o curso técnico de Enfermagem, em 02 anos, para egressos do Ensino Médio ou que o estejam cursando a partir da 2ª série.

Atualmente, forma técnicos em Edificações, Enfermagem, Geodésia e Cartografia, Informática, Mecânica e Qualidade, os quais se inserem no mercado de trabalho com segurança. Também oferece o Ensino Médio, preparando os alunos para o vestibular, com a qualidade UNICAMP.

Com a proposta do Novo Ensino Médio, pautado no Plano Nacional de Educação - PNE; Lei nº 13.415/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018 (Base Nacional Comum Curricular – BNCC-EM); Resolução MEC/CNE/CEB nº 3/2018 e Catálogo Nacional de Cursos; o COTIL oferecerá, a partir de 2020, os cursos técnicos de Edificações, Enfermagem, Desenvolvimento de Sistemas, Geodésia e Cartografia, Mecânica e Qualidade nas modalidades integrado e concomitante/subsequente ao Ensino Médio.

10. Histórico do *campus* e sua caracterização

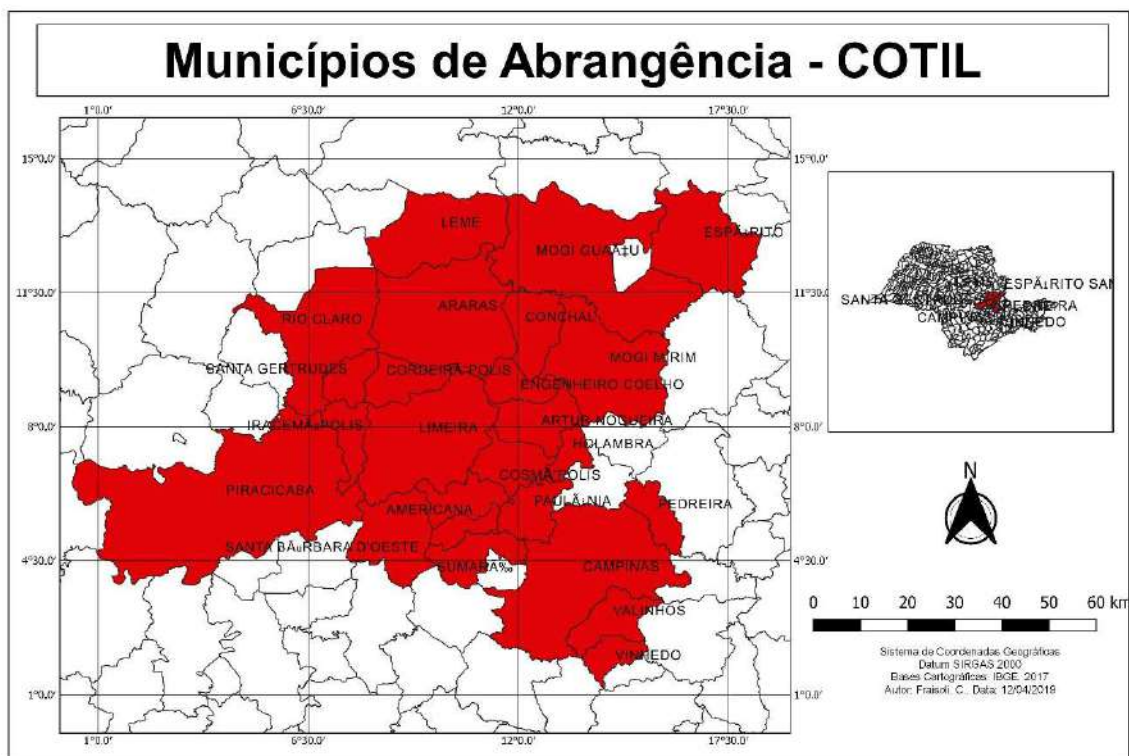
O prédio do Colégio no *campus* I da UNICAMP, em Limeira, foi inaugurado em 9 de setembro de 1973. O *campus* era administrado pela Faculdade de Engenharia de Limeira - FEL, criada em 1969, e abrigava as duas unidades, a Faculdade, responsável pelo curso de Engenharia Civil e pelos cursos superiores de Tecnologia, e o COTIL, responsável pelos cursos técnicos. Em 1989, a Faculdade de Engenharia de Limeira foi transferida para o *campus* Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Campinas, e então foram instituídos o Centro Superior de Educação Tecnológica - CESET, que passou a responder pelos Cursos Superiores de Tecnologia, e a Coordenadoria da Planta Física. Esta passou a administrar os serviços comuns do *campus* (restaurante universitário, cantina, ajardinamento, vigilância, telefonia, estacionamentos, veículos, oficinas de manutenção, consumo de água e energia, gráfica, conservação e manutenção dos edifícios, das instalações elétricas e hidráulicas, e da praça de esportes). Em 2009, o CESET iniciou a implantação da pós-graduação com o Mestrado em Tecnologia e, no mesmo ano, passou a chamar-se Faculdade de Tecnologia. Em 2018, a estrutura da Planta Física foi incorporada à Secretaria de Administração Regional - SAR, que atua na gestão dos *campi* de Limeira e Piracicaba.

O *campus* I é composto por um conjunto de edifícios que atende às áreas administrativas e acadêmicas das unidades de ensino e órgão instalados. Além das salas e laboratórios, o *campus* oferece também restaurante universitário, cantina, praça esportiva, ambulatório médico-odontológico e biblioteca.

O Colégio Técnico de Limeira – COTIL, localiza-se no município de Limeira, estado de São Paulo, estando distante cerca de 148 Km da capital São Paulo. A cidade faz parte da região administrativa de Campinas, e da mesorregião do município de Piracicaba (Prefeitura de Limeira, 2019).

O Colégio, que já completa 52 anos, atende alunos oriundos não apenas de Limeira, mas também de cidades da região metropolitana de Campinas e da mesorregião de Piracicaba. Ao todo são 25 municípios atendidos pelo COTIL, sendo eles: Limeira, Campinas, Piracicaba, Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Leme, Conchal, Cosmópolis, Cordeirópolis, Holambra, Artur Nogueira, Nova Odessa, Santa Gertrudes, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Vinhedo, Sumaré, Paulínia, Engenheiro Coelho, Espírito Santo do Pinhal, Iracemápolis, Araras, Rio Claro, Pedreira e Valinhos. Abaixo, segue o mapa de localização dos municípios.

Mapa 1 – Mapa de Localização do Municípios de Abrangência do COTIL



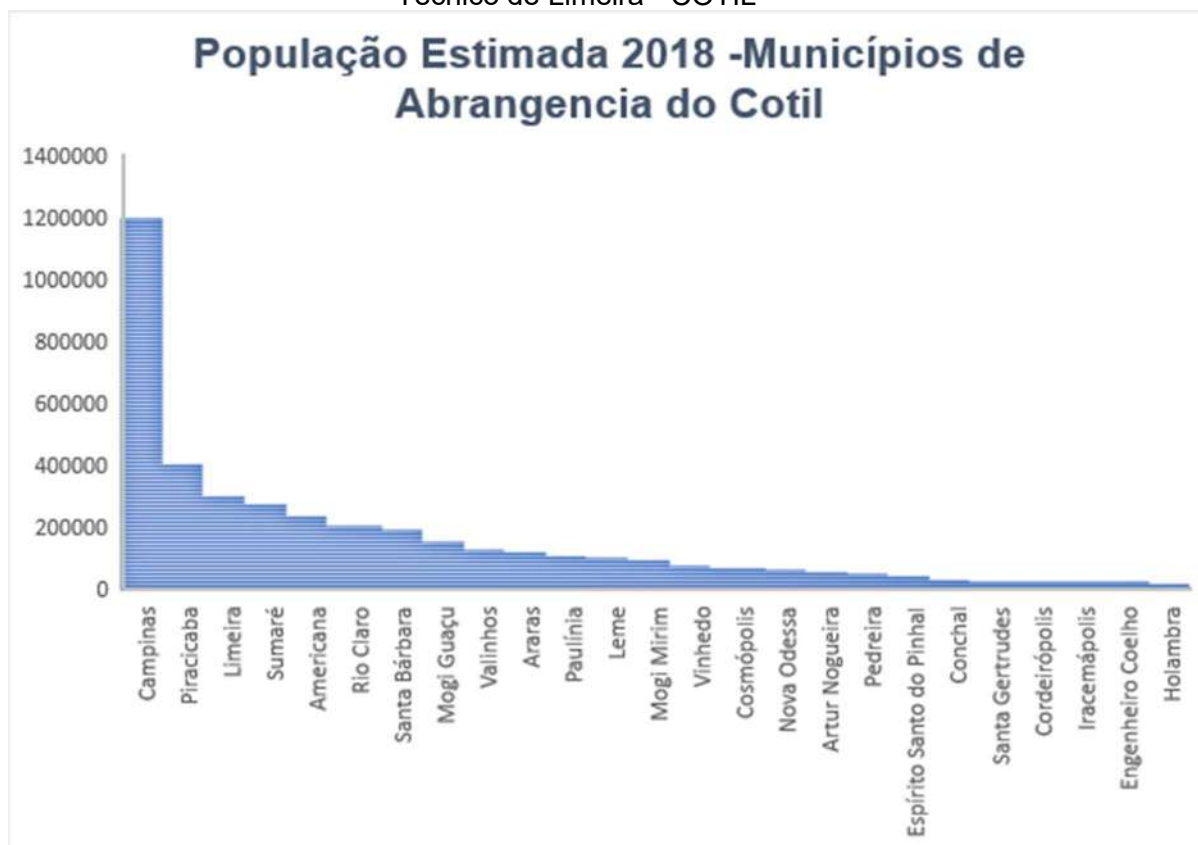
Autor: FRAISOLI, 2019

Para compreender melhor as características da região de abrangência do COTIL, foram levantados dados sociais, econômicos, de educação e saúde de todos os municípios relacionados acima, sendo assim possível realizar um estudo preliminar sobre seus alunos e sobre suas potencialidades e necessidades.

Partindo de dados oficiais do IBGE, obtidos do último CENSO de 2010 ou dos dados da PNAD, podemos observar que os municípios da região de abrangência do

Colégios contam com um número de população absoluta variado, sendo o município de Campinas o mais populoso (gráfico 1):

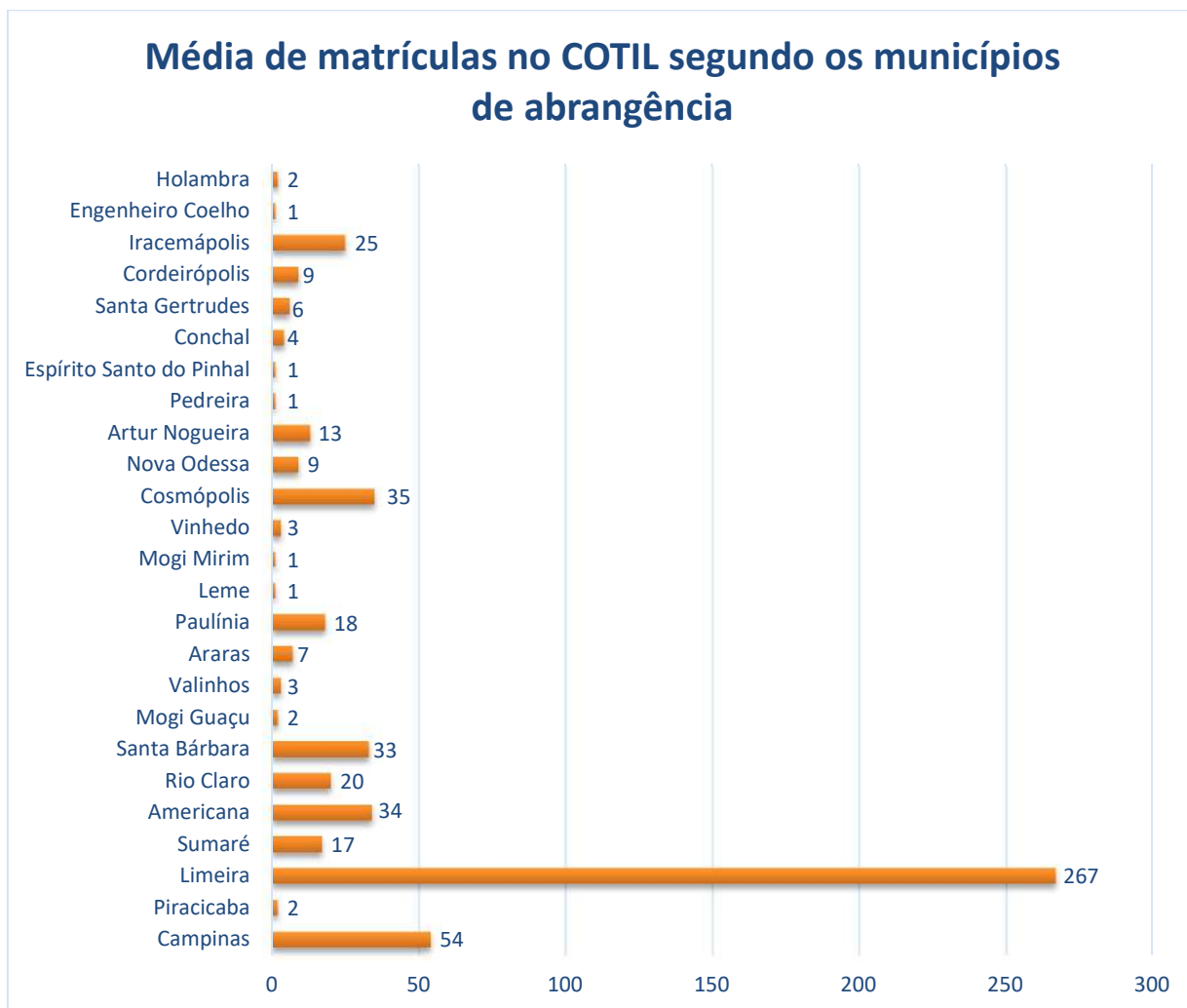
Gráfico 1 – População estimada 2018 - Municípios de abrangência do Colégio Técnico de Limeira - COTIL



Fonte: IBGE, 2019

Apesar de Campinas ser o município mais populoso da região de abrangência do Colégio, o município que proporcionalmente apresenta o maior número de alunos matriculados é Limeira, conforme demonstrado no gráfico abaixo (Gráfico 2). Por esse motivo, o COTIL é considerado uma das principais escolas de Limeira, não apenas pelo número de alunos matriculados, mas também por seu papel nas áreas sociais e econômicas do município.

Gráfico 2 - Média de matrículas no COTIL segundo os municípios de abrangência, período de 2014 a 2018

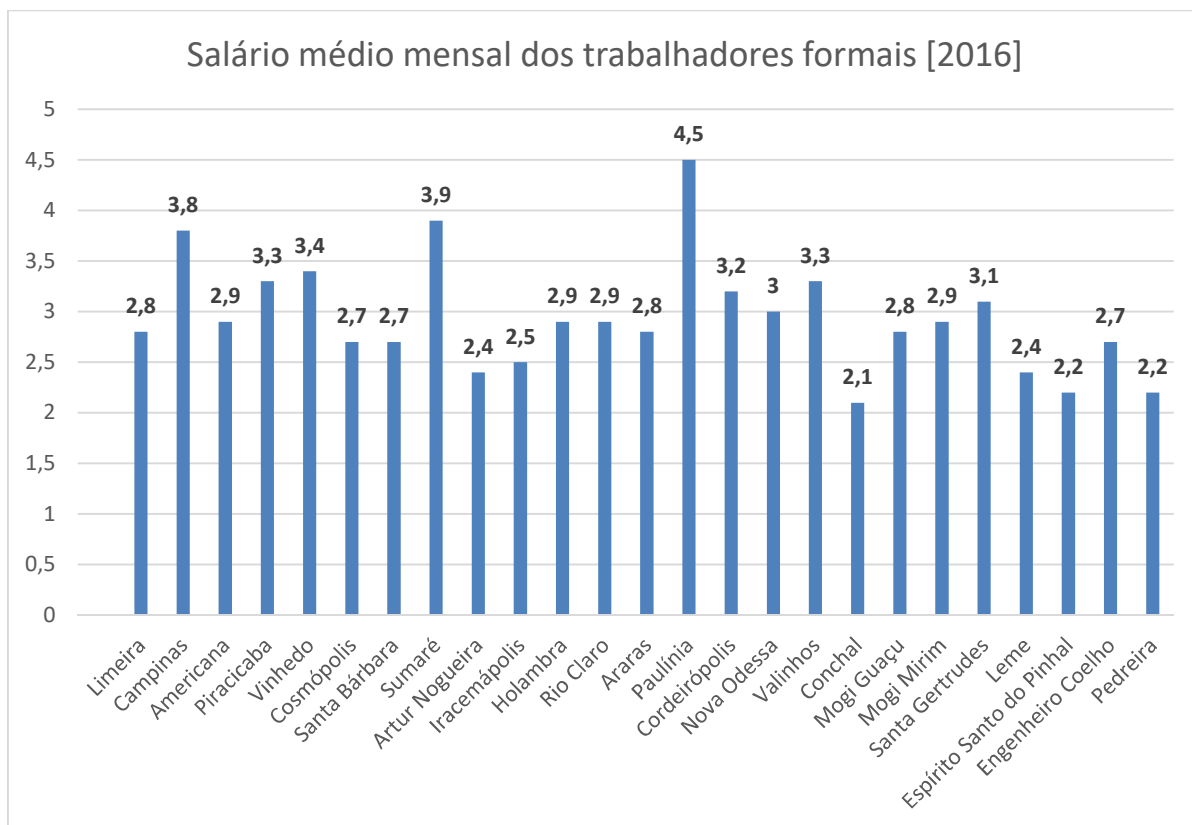


Fonte: Colégio Técnico de Limeira, 2019

Os municípios analisados apresentam grande diversidade econômica e social, com grandes disparidades de renda salarial, PIB *per capita* e nível de desemprego, conforme demonstrado nos gráficos a seguir. Essa diversidade aponta para a necessidade e para a importância da qualificação técnica e profissional para o desenvolvimento dos municípios.

No gráfico 3, abaixo, é possível analisar uma clara disparidade entre o nível salarial de alguns municípios da área de abrangência do COTIL. Os dados de Renda Média Mensal, em salários mínimos, apontam que, enquanto alguns municípios, como Paulínia e Sumaré, apresentam uma média de até 4 salários mínimos por habitante, outros municípios, como Engenheiro Coelho, Leme, Conchal e Araras, têm salários médios por habitantes que não ultrapassam 3 salários mínimos.

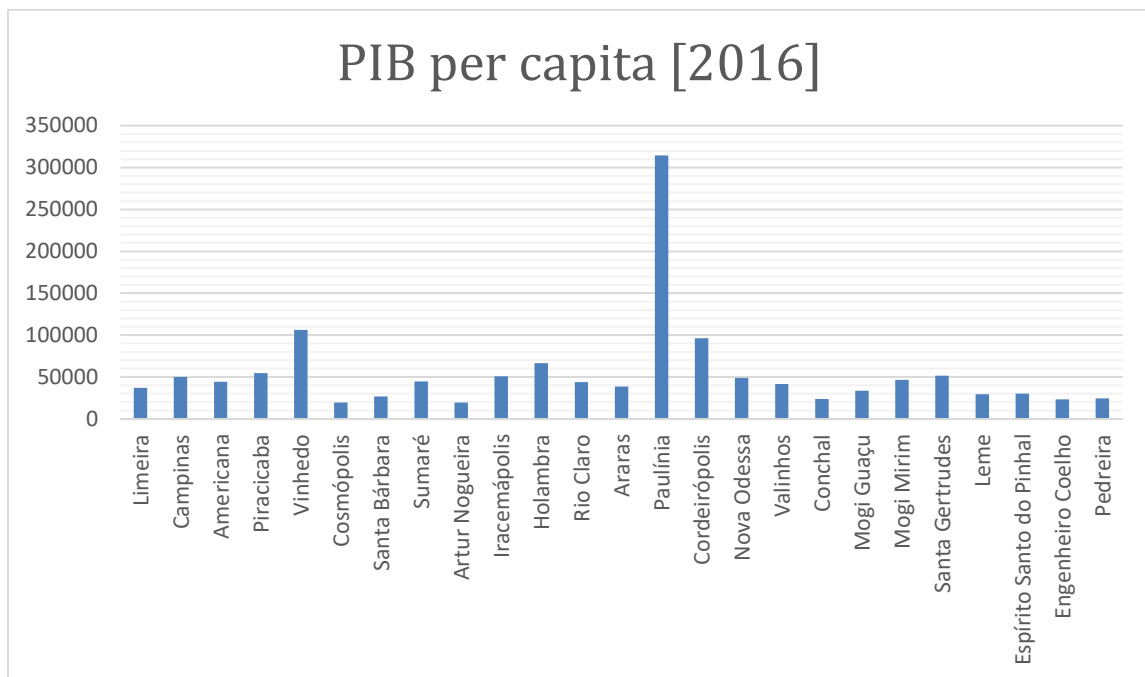
Gráfico 3 – Renda média mensal, em salários mínimos, dos municípios da área de abrangência do COTIL



Fonte: IBGE, 2019

Em contra partida, ao se analisar o PIB *per capita* da população, que representa a renda anual do município dividida pelo número de habitantes, é possível verificar que não necessariamente o município com as piores ou melhores rendas salariais representam os com piores ou melhores *PIBs per capita*, como são os casos de Vinhedo, Campinas e Holambra (Gráfico 4). A partir do PIB *per capita*, é possível analisar o grau de desenvolvimento ou capacidade de geração de riquezas de um país ou município.

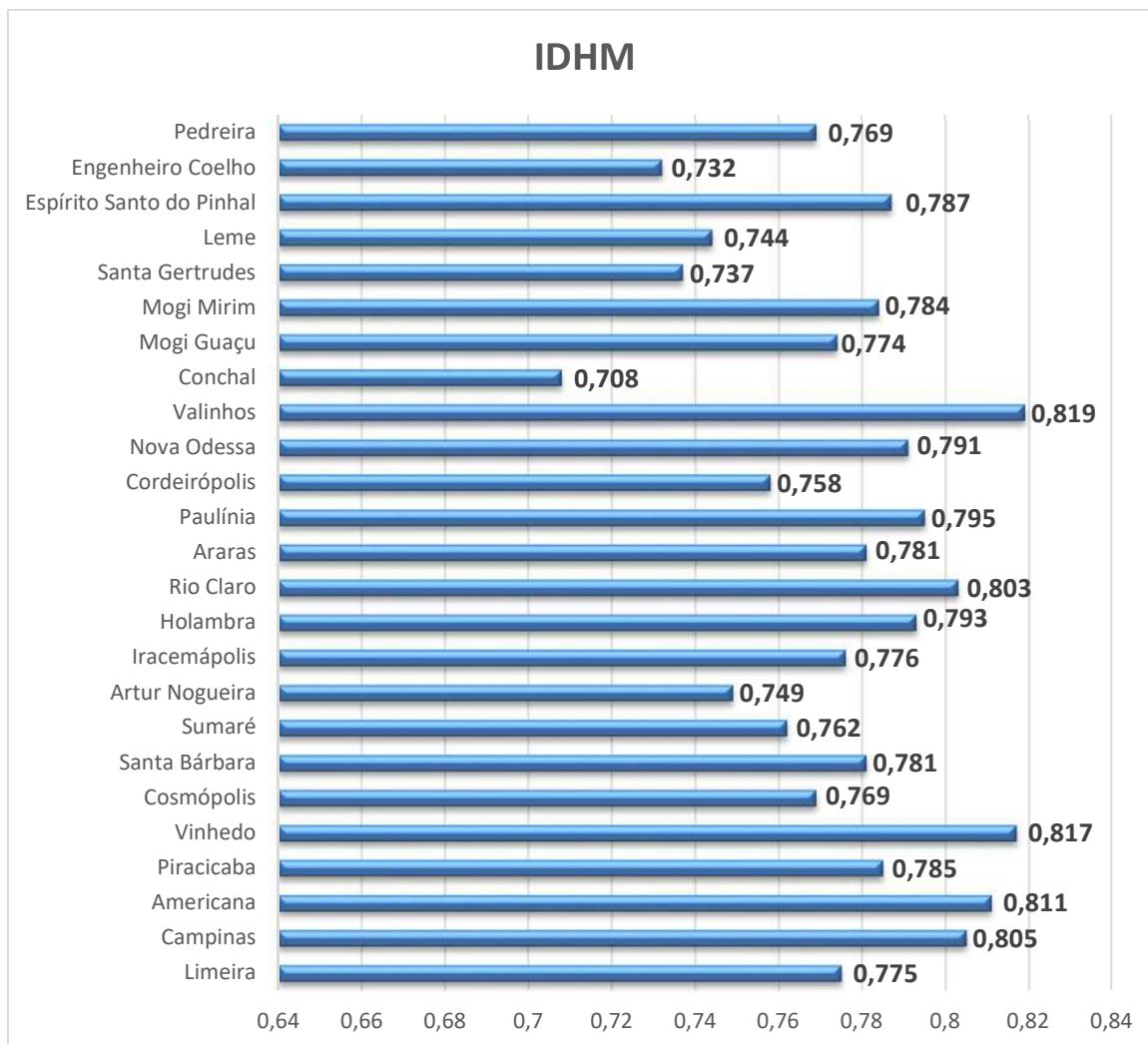
Gráfico 4 – PIB *per capita* dos municípios da área de abrangência do COTIL



Fonte: IBGE, 2019

Outro dado que ajuda na compreensão das características econômicas e sociais dos municípios da área de abrangência do COTIL é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Esse índice é o resultado da análise de três conjuntos de dados: o PIB *per capita* do município, a escolaridade (mais particularmente o grau de analfabetismo da população) e a longevidade (expectativa de vida média da população). O IDH dos municípios da área de abrangência do COTIL está representado no gráfico abaixo (gráfico 5).

Gráfico 5 - Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHM) (2010)



Fonte: IBGE, 2019

É possível compreender, a partir da análise dos dados, que não necessariamente o município com melhores PIBs *per capita* são municípios com bom IDH. Paulínia, por exemplo, que apresenta alto PIB em decorrência da renda oriunda da REPLAN, e das médias salariais mais elevadas, não apresenta o mesmo desempenho em seu IDH, ou seja, as taxas de escolaridade e longevidade do município ainda não são ideais. Paralelamente, municípios como Campinas, Americana, Vinhedo, Valinhos e Rio Claro apresentam um alto Índice de Desenvolvimento Humano, apontando para melhores condições de vida para seus habitantes.

11. Proposta Político-Pedagógica

11.1 Introdução

O processo de desenvolvimento econômico de um país está diretamente

atrelado ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista internacional, bem como a particularidades históricas de cada Estado. Assim, para compreender as características sociais e econômicas do Brasil, devemos estudar seu desenvolvimento histórico, iniciado em meados do século XVI. Nesse período, o território brasileiro foi colonizado por Portugal, que implantou um sistema colonial de exploração, determinando o papel de dependência do país na divisão internacional do trabalho.

Esse papel de dependência segue por um longo tempo, uma vez que, enquanto as nações europeias passam a se industrializar a partir do século XVIII, o Brasil só inicia um processo semelhante em 1950, com a chamada industrialização tardia. A industrialização tem papel fundamental no processo de desenvolvimento do sistema capitalista. Grande parte do sistema educacional dos países europeus só se desenvolve de fato após a Revolução Industrial, uma vez que era fundamental, primeiro, a formalização do ensino e a formação de mão de obra qualificada para empresas e, segundo, a construção de identidades nacionais e institucionalização da ideia de Estado-nação.

No Brasil, o processo de desenvolvimento do sistema educacional de fato ganha contorno a partir de 1930, com o governo de Getúlio Vargas. A partir dessa década, o país passa por profundas mudanças sociais e econômicas, com o processo de substituição de importações, constituição de empresas estatais, e processo de urbanização e conseqüente êxodo rural. Frente a esse cenário, era primordial que a educação formal do Brasil se institucionalizasse, criando um sistema nacional que previa, entre outros aspectos, a instrumentalização da mão de obra do país.

Frente às grandes transformações pelas quais passava o Brasil, o governo Vargas promove uma série de medidas voltadas para a educação do país, sendo a mais significativa a Reforma Francisco Campos. Entre as principais mudanças, temos a regulamentação dos estabelecimentos particulares de ensino, a organização do ensino secundário, com a instituição de 5 anos seriados, organizados por idade, além da organização de currículos, com ênfase em ciências exatas e técnicas (ALVES, 2009).

Em 1942, ocorre uma nova reforma do ensino, conhecida como Reforma Capanema, determinando a criação do SENAI, a divisão do ensino secundário em ginásio, com duração de quatro anos, e colégio, subdividido em clássico e científico. Em 1961, é promulgada a Lei nº. 4.024, estabelecendo as Diretrizes de Bases da Educação Nacional. A nova LDB estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário a todas as crianças com mais de 7 anos; determinava a liberdade da iniciativa privada para atuarem em todos os níveis de educação; criava o Conselho Federal de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização.

Ainda que as mudanças legais sejam importantíssimas para o desenvolvimento

da educação do país, grande parte do território nacional contava com uma imensa população de analfabetos, principalmente nas regiões mais distantes dos centros urbanos nacionais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Mesmo após a industrialização do Brasil, este continua desempenhando um papel de dependência frente ao comércio internacional, exportando *commodities* e importando produtos industrializados e de alta tecnologia. Entre as décadas de 1960 e 1970, o país tem um acelerado crescimento, principalmente com a vinda de multinacionais do setor automobilístico. Esse processo impulsiona o crescimento do país, mas, posteriormente, se mostra pouco sustentável, criando uma grave crise social e econômica na década de 1980.

No final da década de 1980, o processo de redemocratização do país, atrelado a determinadas políticas neoliberais do final da década de 1990, insere o Brasil no processo de globalização e mundialização do capital. A necessidade de modernizar a economia brasileira tornava urgente uma reformulação do sistema educacional do Brasil, inserindo a Lei de Diretrizes Básicas da Educação de 1996. Com essa nova LDB, diversas mudanças são inseridas no sistema, tais como: gestão democrática do ensino público; ensino fundamental obrigatório e gratuito, núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio; formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior etc.

Em todos os países desenvolvidos, duas realidades são determinantes para seu papel de domínio na divisão internacional do trabalho: primeiro, políticas de desenvolvimento econômico que permitem a existência de menores índices de desigualdade social e maior desenvolvimento da qualidade de vida da população, e, segundo, programas educacionais universais e de qualidade que se preocupam com a formação não apenas profissional, mas também humanística de seus cidadãos.

Pensando na realidade brasileira, a inserção da população no Ensino Universitário, bem como na Educação Profissionalizante, colaboraria para reduzir as desigualdades sociais historicamente produzidas no país, bem como conduzir a um processo de desenvolvimento e modernização do Brasil.

Com o viés de praticidade e de absorção contínua pelo mercado de trabalho, os cursos técnicos despontam como alternativa na formação emergencial de mão de obra. Com duração de dois anos, a qualificação prepara profissionais para atividades que exigem uma formação específica e com conhecimentos técnicos, estando acima de uma formação básica de nível médio e não exigindo uma formação tão ampla como o ensino superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB de 1996, já previa a articulação dos sistemas de educação para a oferta dessa modalidade de ensino,

evidenciando as necessidades de constante diálogo entre a formação de mão de obra e o futuro empregador.

Na filosofia da Educação, há as mais diversas correntes, sendo algumas delas defensoras da educação como ferramenta de conscientização e de racionalização dos indivíduos, tornando-os capazes de optar por suas escolhas, sendo protagonistas sociais, usando uma pedagogia crítica e questionadora de preceitos e práticas para se alcançar uma reflexão acerca do meio em que o indivíduo está inserido e provocar mudanças. Outras correntes, no entanto, se mostram mais voltadas para o processo de educação como uma ferramenta de capacitação, oferecendo ao indivíduo os conhecimentos necessários para o domínio de habilidades que o encaminharão para o seu futuro, ou seja, uma educação de certo modo mais tecnicista e adestradora. Entende-se, portanto, que optar por qualquer um dos lados é um equívoco.

Está claro que, em pleno século XXI, a educação deve conjugar diferentes concepções e métodos, sem deixar a formação de mão de obra limitar-se a uma prática mecanicista. Deve-se oferecer ao indivíduo uma educação direcionada tanto para sua formação humana como para o mercado de trabalho, preparando-o para as diversas situações com que ele se deparará no decorrer de sua vida.

O que se percebe na atualidade é uma crescente tendência de se formar mão de obra preparada para um mercado cada vez mais exigente. Assim, é urgente inserir o país no processo de modernização do capital e na chamada Revolução Industrial 4.0, capacitando profissionais com habilidades e competências diversificadas e, nesse cenário, o ensino técnico é capaz de oferecer a formação direcionada para o mercado de trabalho.

Nesse cenário de transformação internacional do mercado de trabalho, o Ministério da Educação instituiu a nova Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), a partir da Resolução Nº 4, DE 17 de dezembro de 2018, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

A nova BNCC-EM estabelece que os currículos escolares devem, obrigatoriamente, oferecer uma formação geral básica, organizada nas seguintes áreas do conhecimento: I - Linguagens e suas Tecnologias; II - Matemática e suas Tecnologias; III - Ciências da Natureza e suas Tecnologias; IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A nova BNCC-EM estabelecida após a LDB, em função da Lei nº 13.415/2017, também determina que a formação geral básica deve ser oferecida de forma indissociável com os chamados itinerários formativos.

Segundo a BNCC-EM, os itinerários formativos são o ponto de inflexão da proposta, uma vez que flexibilizam o ensino médio, dando ao educando opções de

escolha para o seu próprio aprendizado. Os itinerários podem ser estruturados baseados em uma área específica do conhecimento, com ênfase em algumas habilidades e competências específicas, e/ou em uma formação técnica e profissional.

A valorização e incentivo à formação profissional é um dos pontos centrais da nova BNCC, que entende a necessidade de oferecer um ensino focado nas diversidades culturais, sociais e econômicas do território nacional, em consonância com as transformações nacionais e internacionais do mercado de trabalho.

Diante das mudanças inseridas na nova BNCC e nas transformações nacionais e internacionais, fica evidente que o conhecimento torna-se necessário e indispensável, como forma de valorização do nosso país, da economia e do aluno, além da construção da qualificação de cidadãos conscientes do coletivo, da crítica, da solidariedade e da ética.

A equipe do COTIL, formada por docentes, funcionários e direção, tem-se mostrado capaz de responder satisfatoriamente a todos esses anseios e compromissos na construção de uma sociedade composta por profissionais com ética e capacidade de transformação.

11.2 Apresentação

O Colégio Técnico de Limeira, fundamentado em seu Regimento Escolar e amparado nos preceitos legais, norteia-se por princípios filosóficos educacionais, por referenciais sociológicos e psicológicos educacionais, por linhas e princípios de atuação, missão, visão, metas pedagógicas e objetivos que visam continuamente à melhoria da qualidade do ensino e se compromete com a função social da escola: formar o cidadão pleno.

Oferece cursos nos períodos diurno e noturno, para atender à comunidade local e da região. Investe constantemente na modernização dos laboratórios e na revisão e atualização dos planos de cursos. Obteve o primeiro lugar no ENEM (das escolas públicas de Limeira) nos últimos anos, pois incentiva o raciocínio e a capacidade de aprender. Além disso, tem conquistado medalhas de ouro, prata e bronze nas olimpíadas de Matemática, Física, Língua Portuguesa, e grande êxito no acesso ao ensino superior. O Colégio também estimula o potencial artístico do aluno, tendo o COTIL ARTE como maior evento artístico-cultural com repercussão regional e incluído no calendário de eventos oficiais da cidade, por lei aprovada pela Câmara Municipal, de autoria do Vereador Professor José Farid Zaine, realizando sua premiação no Teatro Vitória.

Faz parte de seu projeto estar em sintonia com a missão da UNICAMP, nas linhas de ensino, pesquisa e extensão. Prepara o aluno para o prosseguimento de

estudos e habilita-o para o exercício de uma profissão técnica, isto é, nossa educação vincula-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O COTIL alicerça-se na concepção de contribuir efetivamente na busca de soluções criativas que desencadeiam mudanças significativas na construção de uma sociedade mais justa, com igualdade para todos.

Empenha-se em preparar o educando para:

- aprender a conhecer;
- aprender a fazer;
- aprender a viver;
- aprender a ser.

Em seus fundamentos legais, a proposta pedagógica expressa que:

- é pertinente ao Projeto Político-Pedagógico e suas funções afins;
- é compromissada com a realidade escolar, para que flua uma concepção de ser humano, de sociedade e de mundo;
- é realização pedagógica, originária da Instituição, refletindo os ideais educativos da escola;
- reflete a autonomia da escola e indica a direção de soluções dos problemas educacionais;
- é a prática educacional inerente à convivência social, escolar e comunitária;
- integra e consolida conhecimentos, envolvendo o Ensino Médio e cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- respeita os saberes do educando, quanto à criatividade, à praticidade, à estética, à ética, à identificação cultural.

O currículo de nossa escola contempla conteúdo e estratégias de aprendizagem que capacitem o aluno para a vida em sociedade, a atividade produtiva e experiências subjetivas. Adota as conclusões da UNESCO como eixos estruturais da educação na sociedade contemporânea, por isso:

- favorece o desenvolvimento da curiosidade intelectual, estimula o senso crítico e permite compreender o real, mediante a aquisição da autonomia na capacidade de discernir ;
- garante o aprender a aprender, passaporte para a educação permanente;
- privilegia a aplicação da teoria na prática;
- incentiva a realização de projetos comuns para que os alunos aprendam a viver solidariamente;
- reconhece que a educação deve estar comprometida com o desenvolvimento total da pessoa;

- exercita a liberdade de pensamento, o discernimento, o sentimento e a imaginação para desenvolver os talentos do aluno, possibilitando-lhe permanecer dono do seu próprio destino;

- revigora a integração e articulação dos conhecimentos, num processo de contextualização e de interdisciplinaridade.

O modelo pedagógico proposto para a educação profissional fundamenta-se na formação do cidadão atuante na sociedade, preparando-o e integrando-o no mundo do trabalho, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades que levam ao aprendizado da contextualização interdisciplinar e transdisciplinar, para torná-lo cidadão hábil no exercício da profissão escolhida.

Além disso, o Colégio oferece aos alunos:

- oficinas (Artes, Escrita Científica, Química, entre outras);
- atividades extracurriculares (projetos acadêmicos, iniciação científica, treinamento desportivo e aulas de Mandarim);
- simulados (de avaliação, de Redação, do Vestibular e do ENEM);
- palestras interdisciplinares;
- semanas temáticas;
- visitas técnicas a feiras nacionais, teatros, exposições artísticas e parques;
- bolsas-auxílio (Social, Transporte e Alimentação);
- bolsas PADEMT/Programa de Apoio Didático ao Ensino Médio e Técnico (monitoria);
- participação em campanha de vacinação;
- participação em competições esportivas - estaduais e municipais;
- realização de jogos interclasses;
- participação em eventos culturais;
- participação em olimpíadas (Matemática, Física, Língua Portuguesa, entre outras);
- atendimento com monitores para revisão de aulas;
- reuniões de pais e mestres.

12. Justificativa e demanda de mercado

São Paulo é o estado mais industrializado e desenvolvido das unidades federativas da união. Esse fato explica-se pelo seu desenvolvimento diferenciado, que, ao longo de sua história, contou com um processo capitalista mais dinâmico, garantindo o crescimento industrial e urbano do estado.

Diferente de outros estados brasileiros, que começam a se industrializar apenas

após as décadas de 1940 e 1950, São Paulo iniciou seu processo ainda na década de 1920, em decorrência de alguns fatores específicos, sendo eles: a produção cafeeira; o desenvolvimento de ferrovias e a dinamização do transporte e do comércio; a entrada de imigrantes italianos; a acumulação primitiva e o desenvolvimento de pequenas e médias indústrias; além de um maior mercado consumidor. Assim, São Paulo possui não apenas uma das maiores e mais dinâmicas cidades brasileiras, mas também uma densa malha urbana, com 645 municípios.

Grande parte dos municípios paulistas apresenta alto grau de desenvolvimento e industrialização, com parques industriais amplos e diversificados. Municípios como Campinas, Guarulhos, São Carlos, São José dos Campos, Ribeirão Preto destacam-se por seu alto grau de urbanização e industrialização, com níveis de desenvolvimento superiores aos de algumas capitais brasileiras.

O desenvolvimento do estado de São Paulo está diretamente ligado aos setores agropecuários e industriais. Porém, como aponta a fundação SEADE (2019), o setor que mais cresce nele atualmente é o de serviços, que conta com um diversificado ramo de empresas e áreas de atuação. Na série de gráficos abaixo, é possível verificar que, no setor agropecuário, a participação no PIB apresentou sucessivas quedas entre 2008 e 2015, mas que o setor apresenta uma recuperação após 2015 (ver gráfico abaixo).

Gráfico 6 – Participação dos Setores da Economia no PIB do Estado de São Paulo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Fundação Seade, 2019.

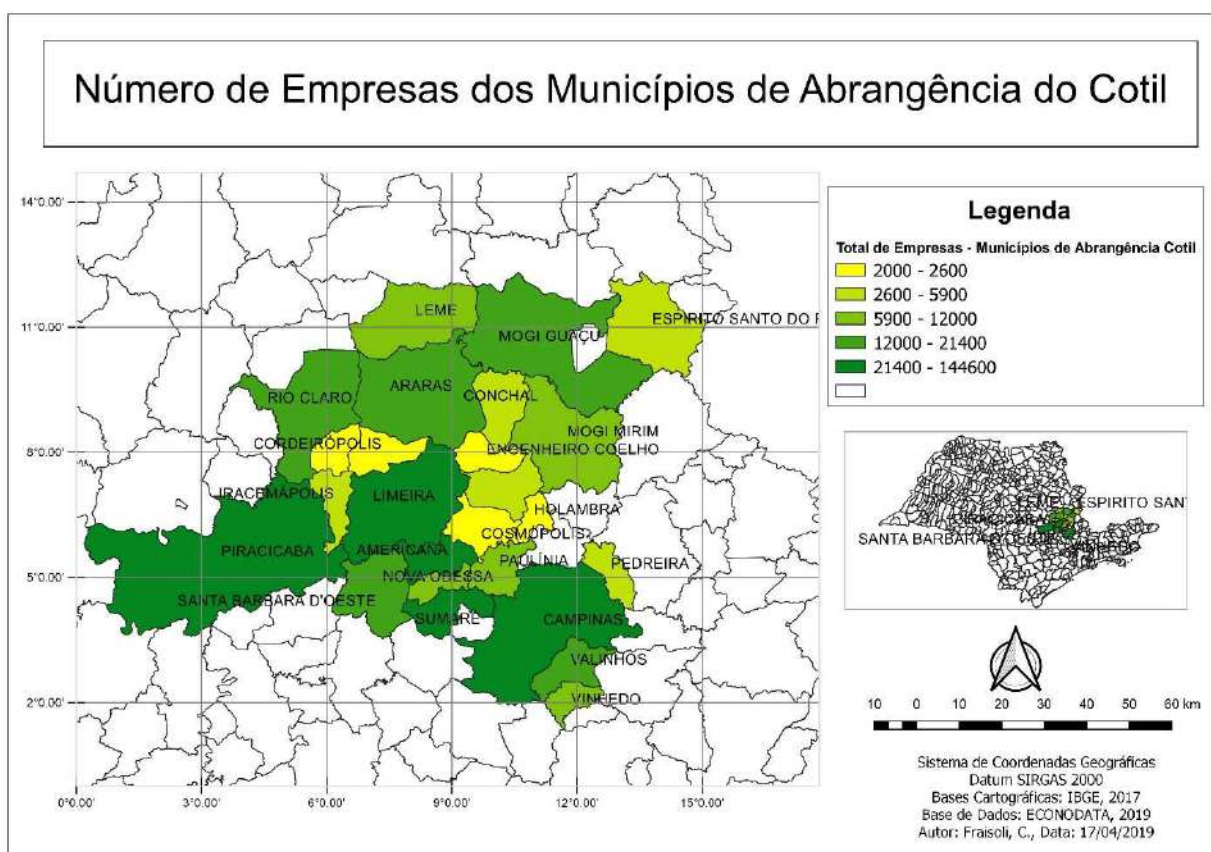
Observa-se que o setor industrial apresenta acentuada queda em sua participação no PIB do estado de São Paulo, principalmente após 2012. Embora tenha ocorrido uma breve melhoria em 2015, o setor continua apresentando baixo desempenho. Esse resultado está relacionado a vários fatores, entre eles à crise internacional de 2008, à crise nacional de 2015, à falta de políticas de incentivo ao setor, bem como aos entraves estruturais brasileiros, como infraestrutura deficitária e baixa qualificação da mão de obra. Já o crescimento do setor de serviços obedece a uma tendência do mercado internacional, com o crescimento do número de atividades

diferenciadas do setor terciário.

A região geográfica onde se localiza o Colégio Técnico de Limeira – COTIL abrange 25 municípios, que se situam na região metropolitana de Campinas e na mesorregião de Piracicaba. Assim como outras regiões paulistas, essa região apresenta um grau de desenvolvimento econômico diversificado, com municípios que se destacam economicamente, enquanto outros apresentam uma relativa dependência de outras cidades.

Um dos indicadores do grau de desenvolvimento da região é o número de empresas registradas nos municípios da área de abrangência do COTIL. As empresas cadastradas na região apresentam variadas Classificações Nacionais de Atividades Econômicas (CNAE), indicando um nível elevado de desenvolvimento. O mapa 2 relaciona o número total de empresas (independente do CNAE) em cada município da área de abrangência do COTIL.

Mapa 2 – Número Total de Empresas dos Municípios de Abrangência do COTIL



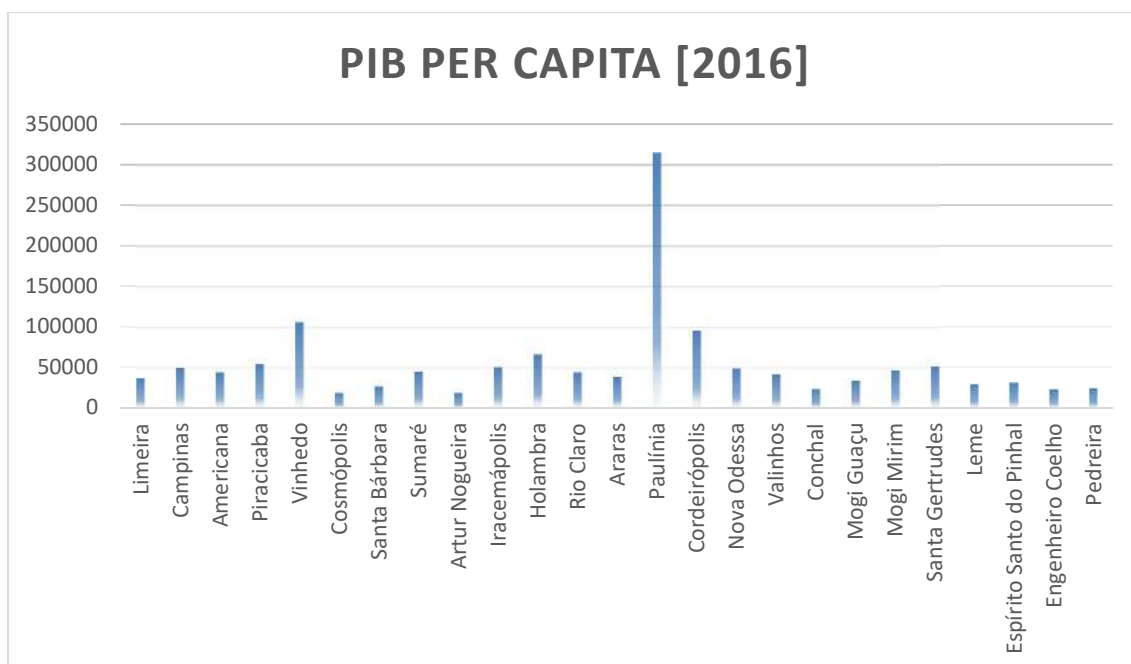
Autor: FRAISOLI, 2019.

Como demonstrado no mapa, municípios maiores e com maior população, como Campinas, Piracicaba e Limeira, tradicionalmente apresentam maior número de

empresas. Mas, mesmo cidades menores, como Rio Claro, Valinhos e Americana, podem também ser considerados municípios com alto grau de industrialização e desenvolvimento. O elevado índice de industrialização dos municípios da região de Limeira impõe a esta um forte dinamismo econômico, fato evidenciado também pelo número de instituições de ensino público, como os dois *campi* da Unicamp localizados no município – a Faculdade de Tecnologia e a Faculdade de Ciências Aplicadas.

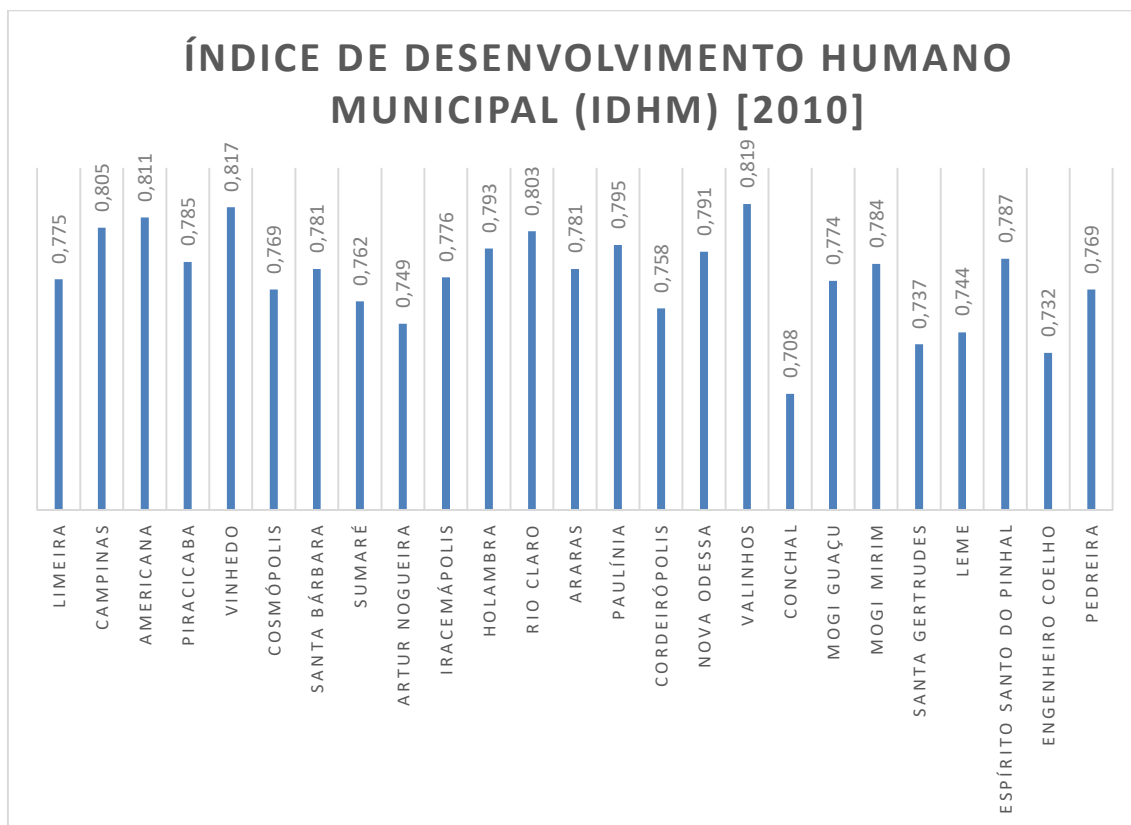
O dinamismo econômico dos municípios analisados também pode ser evidenciado nos seus dados de PIB e IDH. Ainda que alguns municípios apresentem números considerados baixos (se comparados a outros lugares do país), a média *per capita* das cidades que abrangem a região de Limeira pode ser considerada de média a alta (gráficos 7 e 8).

Gráfico 7 – PIB per capita – Municípios de abrangência do COTIL



Fonte: IBGE 2019

Gráfico 8 – Índice de Desenvolvimento Humano – Municípios de abrangência do COTIL



Fonte: IBGE 2019

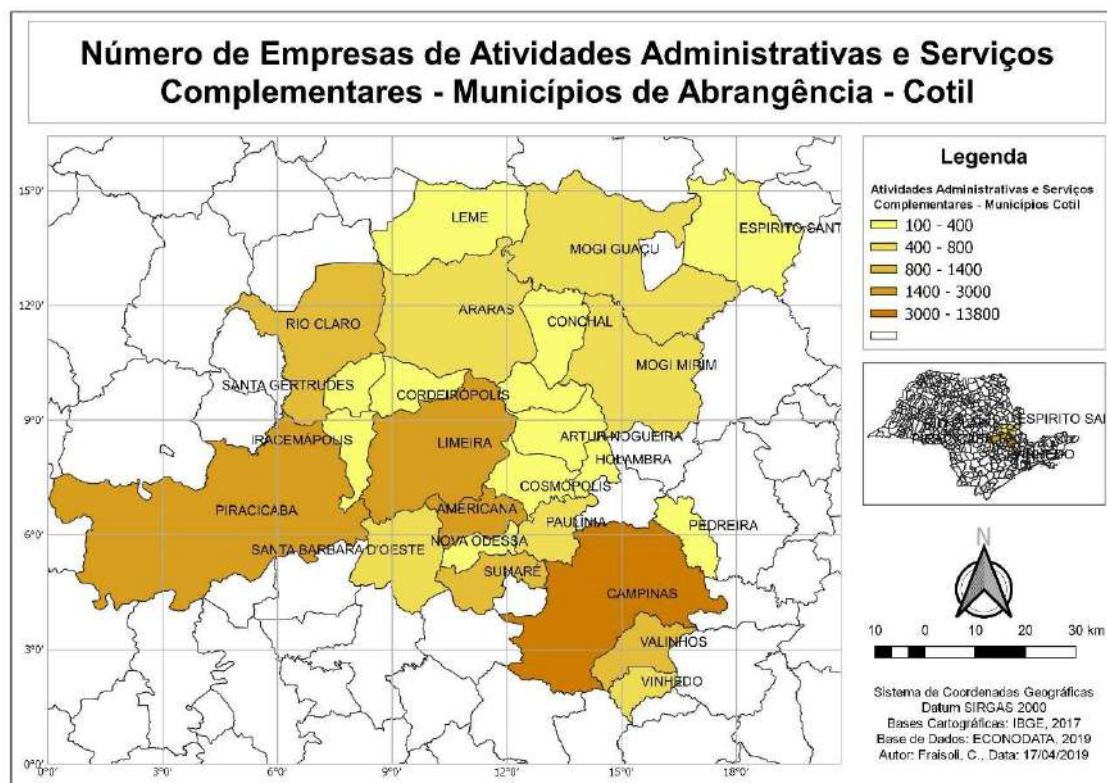
O desenvolvimento diferencial dos municípios da região de Limeira, o crescimento do setor de serviços, as transformações atuais do mercado de trabalho e a crescente demanda por qualificação profissional evidenciam a importância de cursos técnicos, como os oferecidos pelo COTIL. Cada curso conta com equipe profissional qualificada, e desenvolve práticas e competências necessárias para atuar no mercado de trabalho.

O curso de Qualidade oferecido pelo Colégio apresenta uma formação ampla, capacitando profissionais com qualificação para atuar em vários ramos do mercado globalizado. O técnico formado em Qualidade pelo COTIL é capaz de compreender as atuais práticas e ferramentas de qualidade, certificações nacionais e internacionais, ferramentas estatísticas para análise dos processos de uma empresa, além da elaboração de projetos para a implantação dos sistemas da Qualidade.

O técnico em qualidade é capaz de atuar em vários ramos dos setores produtivos e de serviços, abrangendo empresas com diferentes CNAEs. Para realizar uma pesquisa no mercado de trabalho desse profissional, foram levantadas informações sobre empresas de Atividades Administrativas e Serviços Complementares em todos os

municípios da área de abrangência do COTIL, conforme demonstra o Mapa 3 a seguir:

Mapa 3 – Número de Empresas de Atividades Administrativas e Serviços Complementares – Municípios de Abrangência do COTIL



Autor: FRAISOLI, 2019.

Observa-se que todos os municípios da região de abrangência do COTIL apresentam grande disponibilidade de empresas do setor, o que se traduz como grande disponibilidade de empregos e áreas de atuação para o profissional técnico de qualidade. Além das competências e habilidades profissionais do setor, o curso também forma profissionais criativos, flexíveis, e capazes de atuar com competência no mercado de trabalho.

13. Objetivo do curso técnico em Qualidade

Formar profissionais capazes de contribuir no processo de desenvolvimento, implementação e gerenciamento da Qualidade em empresas pertencentes aos mais diversos setores de indústrias e serviços, mediante a aplicação do seu potencial criativo, com senso ético, buscando inovações e compartilhando conhecimentos na implementação de programas de melhorias e de inovações.

14. Perfil profissional de conclusão do Técnico em Qualidade

O aluno egresso estará apto a:

- utilizar ferramentas e métodos associados ao planejamento e controle da qualidade;
- elaborar manuais, procedimentos, instruções, diagnósticos e relatórios relacionados à qualidade das empresas;
- efetuar registros da qualidade, em formulários específicos e de acordo com normas e padrões pré-estabelecidos;
- divulgar os documentos da qualidade e realizar treinamentos relacionados aos programas da qualidade das organizações;
- identificar não conformidades reais e potenciais em produtos, processos e sistemas, suas possíveis causas e propor ações corretivas, preventivas e de melhoria;
- realizar auditorias internas e externas, bem como realizar planejamento e acompanhamento de auditorias de certificação de organismos nacionais e internacionais;
- comunicar-se de forma proficiente;
- demonstrar dinamismo;
- trabalhar em equipe;
- agir com responsabilidade;
- evidenciar habilidade técnica e ter iniciativa para utilizar técnicas e ferramentas analíticas e estatísticas, tanto do ponto de vista técnico quanto gerencial;
- interpretar e organizar normas relacionadas à qualidade e ao produto;
- possibilitar e multiplicar conceitos, buscando inovações, sempre com responsabilidade e senso crítico nas tomadas de decisões.

15. Requisitos e forma de acesso

Serão oferecidas anualmente 40 vagas para ingresso no curso técnico em Qualidade concomitante/subsequente ao Ensino Médio, período noturno. O candidato deverá ter concluído, no ato da matrícula, o Ensino Fundamental ou equivalente, devendo apresentar o Certificado e respectivo Histórico Escolar e ter sido aprovado no Exame de Seleção.

Desde 2003, ocorre a descentralização do Exame de Seleção, realizado atualmente em 7 cidades da região: Limeira, Campinas, Americana, Araras, Cosmópolis, Piracicaba e Rio Claro.

Assim como a UNICAMP, que adotou cotas étnico-raciais no vestibular, os Colégios elaboraram uma proposta de implantação de cotas étnico-raciais e sociais para

alunos oriundos de escolas públicas, já aprovada nas congregações locais e que segue em tramitação nas instâncias superiores.

16. Legislação de referência

Legislação da Universidade Estadual de Campinas

- Decreto nº 52.255/69, de 30 de julho de 1969 - Baixa os Estatutos da Universidade Estadual de Campinas e dá outras providências.

- Decreto nº 3.467/74, de 29 de março de 1974 - Baixa o Regimento Geral da Universidade Estadual de Campinas.

- Lei nº 7.655/62, de 28 de dezembro de 1962 - Dispõe sobre a criação da Universidade Estadual de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências.

- Deliberação CONSU-A-022/2016, de 29 de novembro de 2016 - Altera a Deliberação CONSU-A-015/1999 que dispõe sobre o Regimento Escolar do Colégio Técnico de Limeira.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

Plano Nacional de Educação

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Conselho Nacional de Educação

- Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

- Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018 – Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, complementando o conjunto instituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017.

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

- Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008 - Institui o Catálogo Nacional de Cursos

Técnicos.

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012 - Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Conselho Estadual de Educação

- Deliberação CEE nº 162/2018 - Fixa diretrizes para a Educação Profissional Técnica de nível médio no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo.

Estágio Curricular Supervisionado

- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências.

- Deliberação CEE nº 87/2009 - Dispõe sobre a realização de estágio supervisionado de alunos do ensino médio, da educação profissional e da educação superior e dá providências correlatas.

17. Organização curricular

A constituição e organização escolar são estabelecidas pela Resolução nº 3/2018, que situa o Ensino Médio organizado em séries anuais, com carga horária mínima de 3.000 horas e período letivo de, pelo menos, 200 dias de efetivo trabalho escolar.

Com base no art. 35 da LDB, o Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

- a participação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O currículo do Ensino Médio é composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerário formativo, a saber:

- Linguagens e suas Tecnologias: Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa;

- Matemática e suas Tecnologias: Matemática;

- Ciências da Natureza e suas Tecnologias: Biologia, Física e Química;
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Filosofia, Geografia, História e Sociologia;
- Formação Técnica e Profissional (art. 36 da LDB).

A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada e subsequente com o Ensino Médio (art. 36-B da LDB), observando os incisos do art. 4º do Decreto nº 5154/2004:

I. “os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação”;

II. “as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino” e;

III. “as exigências de cada instituição de ensino, nos termos do seu projeto pedagógico”.

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio será concomitante (inciso I do art. 36-C da LDB): “oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando”.


17.1 Identificação do curso

Curso Técnico em Qualidade concomitante/subsequente ao Ensino Médio	
<i>Campus</i>	Limeira
Forma de oferta	presencial
Previsão de abertura do curso	2020
Período	noturno
Vagas anuais	40 vagas
Carga horária mínima obrigatória	1.380 horas
Carga horária optativa	540 horas
Duração da hora-aula	45 minutos
Duração anual	40 semanas / 200 dias letivos

O estudante do Curso Técnico em Qualidade concomitante/subsequente ao Ensino Médio, modalidade presencial, que optar por realizar os componentes curriculares não obrigatórios ao curso, tais como o estágio supervisionado e/ou o trabalho de conclusão de curso, apresentará, ao final do curso, a seguinte carga horária:

Cargas horárias possíveis para o Curso Técnico em Qualidade concomitante/subsequente ao Ensino Médio	Total de Horas
Carga horária mínima: componentes curriculares obrigatórios	1.380
Componentes curriculares obrigatórios + trabalho de conclusão de curso	1.560
Componentes curriculares obrigatórios + estágio supervisionado	1.740
Carga horária máxima: componentes curriculares obrigatórios + trabalho de conclusão de curso + estágio supervisionado	1.920

17.2 Estrutura curricular

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS COLÉGIO TÉCNICO DE LIMEIRA									
ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM QUALIDADE CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO									
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios									
Habilitação Profissional: Técnico em Qualidade									
	COMPONENTE CURRICULAR	AM*	1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		TOTAL AULAS	TOTAL HORAS-AULA*	TOTAL HORAS
			AS*	CH*	AS*	CH*			
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Administração da Produção	T			2	80	2	80	60
	Auditoria de Sistemas de Gestão	T / P			2	80	2	80	60
	Controle Estatístico do Processo	T / P			2	80	2	80	60
	Desenho Técnico	T	2	80			2	80	60
	Estatística	T	2	80			2	80	60
	Ferramentas da Qualidade	T / P	2	80			2	80	60
	Fundamentos da Qualidade	T / P	2	80			2	80	60
	Gestão da Qualidade - ISO 9000	T / P			2	80	2	80	60
	Gestão de Pessoas	T	2	80			2	80	60
	Gestão Operacional e Financeira	T			2	80	2	80	60
	Informática Aplicada	T / P	2	80			2	80	60
	Logística	T / P			2	80	2	80	60
	Marketing	T / P	2	80			2	80	60
	Metodologia para Melhoria e Inovação	T / P			2	80	2	80	60
	Metrologia	T	2	80			2	80	60
	Modelos de Excelência em Qualidade	T / P			2	80	2	80	60
	Processos de Fabricação	T	1	40			1	40	30
	Projeto Integrador	T / P			5	200	5	200	150
	Sistemas Integrados de Gestão	T / P	2	80			2	80	60
	Sub-total Formação Profissional:			19	760	21	840	40	1.600
PARTE DIVER. OBRIGATÓRIA	Ética e Cidadania	T	1	40			1	40	30
	Inglês Técnico	T / P			2	80	2	80	60
	Matemática Básica	T	3	120			3	120	90
Sub-total Parte Diversificada Obrigatória:			4	160	2	80	6	240	180
Carga horária total mínima obrigatória:								1.840	1.380

TCC	Trabalho de conclusão de curso (optativo)	240	180
Estágio	Estágio supervisionado (optativo)	480	360
Carga horária total máxima:		2.560	1.920

***LEGENDA:**

AM: abordagem metodológica (teórica, prática ou teórica-prática)

AS: número de aulas semanais

CH: carga horária anual (horas-aula)

Hora-aula: 45 minutos

17.3 Ementas

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

A função da Administração da Produção e sua evolução. A integração com as Áreas da Qualidade, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos, Logística, Compras, Finanças e Planejamento e Desenvolvimento do Produto. Relacionamento com o cliente.

Bibliografia básica e complementar:

GAITHER, N. *Administração da produção e operações*. Coautoria de Greg Frazier. 8ª ed. SP: Thomson, 2002.

MARTINS, P.G. *Administração da produção*. Coautoria de Fernando P. Laugeni. 2ª ed. rev. ampl. e atual. SP: Saraiva, 2005.

MOREIRA, D.A. *Administração da produção e operações*. 2ª ed. rev. e ampl. SP: Cengage Learning, 2008.

SLACK, N. *Administração da produção*. Coautoria de Alistair Brandon-Jones, Robert Johnston. 4ª ed. SP: Atlas, 2015.

AUDITORIA DE SISTEMAS DE GESTÃO

Estudo da norma ISO 19011 – Diretrizes para Auditoria de Sistemas de Gestão. Conceitos relacionados a auditoria. Gerenciamento do programa de auditoria. Atividades de auditoria. Competências e avaliação de auditores.

Bibliografia básica e complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9000, *Sistemas de Gestão da Qualidade - Fundamentos e Vocabulário*. SP: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 19011, *Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão*. SP: ABNT, 2012.

MARANHÃO, M. *ISO Série 9000 - Manual de Implementação*. RJ: Ed. Qualitymark, 1994.

CONTROLE ESTATÍSTICO DO PROCESSO

Ferramenta estatística que auxilia a garantia da qualidade, estabilidade e melhoria contínua de processos e produtos através de: planejamento para coleta de dados; desenvolvimento da amostragem estatística; elaboração e análise de cartas de controle de processo; avaliação da capacidade de processos e análise de tendências; cálculos envolvendo a distribuição normal de probabilidade.

Bibliografia básica e complementar:

- BROCKA, B.; BROCKA, M.S. *Gerenciamento da Qualidade*. SP: Makron Books, 1994.
- JURAN, J.M., GRZYNA, F.M. *Controle da Qualidade – Métodos Estatísticos Clássicos Aplicados à Qualidade - Volume VI*. 4ª ed. SP: Makron Books, 1992.
- KUME, H. *Métodos Estatísticos para Melhoria da Qualidade*. 9ª Edição. SP: Ed. Gente, 1993.
- MONTGOMERY, D. C. *Introdução ao Controle Estatístico da Qualidade*. 7ª ed. SP: Ed. LTC, 2016.
- SAMOHYL, R. W. *Controle Estatístico de Qualidade*. Ed. Elsevier, 2009.

DESENHO TÉCNICO

Conhecimentos sobre técnicas atuais de desenho técnico. Aplicação de software (AutoCad), em empresas de manufatura e de prestação de serviços.

Bibliografia básica e complementar:

- PROVENZA, F. *Desenhista de Máquinas*. SP: Ed. F. Provenza, 1991.
- SCARATO. *Desenho Técnico Mecânico*. SP: Ed. Hemus, 2000.

ESTATÍSTICA

Compreensão das principais ferramentas de leitura e interpretação do mundo à sua volta. Coleta de dados. Elaboração e interpretação de tabelas e gráficos. Avaliações, previsões e projeções estatísticas. Manipulação de dados experimentais.

Bibliografia básica e complementar:

- IEZZI, G. et al. *Matemática, Ciências e Aplicações*. 6ª ed. Atual Editora, 2010. V. 1, 2 e 3.

FERRAMENTAS DA QUALIDADE

Conhecimento teórico e aplicação prática de ferramentas de organização de dados, de análise e solução de problemas. Ferramentas gerenciais e de apoio à gestão, para desenvolvimento de metodologias eficientes de melhoria da qualidade e redução de custos.

Bibliografia básica e complementar:

- BROCKA, B.; BROCKA, M.S. *Gerenciamento da Qualidade*. SP: Makron Books, 1994.
- JURAN, J.M., GRZYNA, F.M. *Controle da Qualidade – Métodos Estatísticos Clássicos Aplicados à Qualidade - Volume VI*. 4ª ed. SP: Makron Books, 1992.
- KUME, H. *Métodos Estatísticos para Melhoria da Qualidade*. 9ª ed. SP: Ed. Gente, 1993.
- ONTGOMERY, D. C. *Introdução ao Controle Estatístico da Qualidade*. 7ª. Edição. SP: Ed. LTC, 2016.
- SAMOHYL, R. W. *Controle Estatístico de Qualidade*. Ed. Elsevier, 2009.

FUNDAMENTOS DA QUALIDADE

Histórico da Qualidade. Principais conceitos e definições. Normas e métodos utilizados mundialmente, tais como: Norma ABNT NBR ISO 9000, planejamento e controle da qualidade, melhoria contínua, dentre outros.

Bibliografia básica e complementar:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9000, *Sistemas de Gestão da Qualidade - Fundamentos e Vocabulário*. SP: ABNT, 2015.
- CAMPOS, V.F. *Gerência da Qualidade Total – Estratégia para aumentar a competitividade da empresa brasileira*. MG: Fundação Christiano Ottoni, Escola de Engenharia da UFMG, 1990.
- CARVALHO, A.B.M. *A ISO 9001:2000 sem segredos*. Revista Banas Qualidade – encarte especial. SP: Ed. Banas, Fev 2002.
- CONTI, T. *Building Total Quality – a guide for management*. London: Chapman & Hall, 1993.
- GARVIN, D. A., *Gerenciando a Qualidade: A visão estratégica e competitiva*. RJ: Ed. Qualitymark, 1984.
- JURAN, J.M., GRZYNA, F.M. *Controle da Qualidade – Handbook*. 4ª ed. SP: Makron Books, 1991.
- LANGLEY, G. J. et. al. *The Improvement Guide: A practical approach to enhancing organizational performance*. Jossey-Bass books, 1996.
- MARSHALL Jr., I. et. al. *Gestão da qualidade*. RJ: Ed. FGV, 2006.
- SCHERKENBACH, W. W. *O caminho de Deming para a qualidade e produtividade: rotas e mapas*. RJ: Ed. Qualitymark, 1990.

GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9000

Requisitos de Sistema de Gestão da Qualidade conforme norma ISO 9001. Identificação e gestão dos processos. Documentação e atividades aplicáveis para o atendimento dos requisitos do SGQ.

Bibliografia básica e complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9000, *Sistemas de Gestão da Qualidade - Fundamentos e Vocabulário*. SP: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9001, *Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos*. SP: ABNT, 2015.

CAMPOS, V.F. *Gerência da Qualidade Total – Estratégia para aumentar a competitividade da empresa brasileira*. MG: Fundação Christiano Ottoni, Escola de Engenharia da UFMG, 1990.

CARVALHO, A.B.M. *A ISO 9001:2000 sem segredos*. Revista Banas Qualidade – encarte especial, Ed. Banas, Fev 2002.

JURAN, J.M., GRZYNA, F.M. *Controle da Qualidade – Handbook*. 4ª ed. SP: Makron Books, 1991.

MARANHÃO, M. *ISO Série 9000 - Manual de Implementação*. RJ: Ed. Qualitymark, 1994.

MARSHALL Jr., I. et. al. *Gestão da qualidade*. RJ: Ed. FGV, 2006.

GESTÃO DE PESSOAS

O relacionamento entre a natureza humana, o desenvolvimento e a sustentabilidade da qualidade nas Organizações. Gestão do comportamento organizacional.

Bibliografia básica e complementar:

BOWDITCH, J. L. E BUONO, A. F. *Fundamentos de Comportamento Organizacional*. SP: Ed. LTC, 2006.

DUTRA J. S.; DUTRA T. A. e DUTRA G. A. *Gestão de Pessoas - realidade atual e desafios futuros*. 1ª ed. SP: Ed. Atlas, 2017.

KINICKI, A. E KREITNER, R. *Comportamento Organizacional*. 2ª ed. Ed. Mc Graw Hill, 2006.

MUCHINSKY, P. M. T. *Psicologia Organizacional*. SP: Ed. Pioneira, 2004.

ROBBINS, S. P., JUDGE, T. A., SOBRAL, F. *Comportamento organizacional - teoria e prática no contexto brasileiro*. 14ª ed. Ed. Pearson Education, 2011.

GESTÃO OPERACIONAL E FINANCEIRA

Gestão de empresas. Aplicação das ferramentas e técnicas modernas em empresas industriais e prestação de serviços, quanto à gestão operacional e financeira.

Bibliografia básica e complementar:

CHIAVENATO, I. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. 4ª ed. SP: Manole, 2012.

HISRICH, R.D. *Empreendedorismo*. Coautoria de Michael P Peters, Dean A Shepherd. 9ª ed. RS: AMGH, 2014.

NAKAGAWA, M. *Plano de negócio: teoria geral*. SP: Manole, 2011.

BERNARDI, L.A. *Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação*. 2ª ed. SP: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, L.M. *Contabilidade de custos para não contadores: textos e casos práticos com solução*. Coautoria de Jose Hernandez Perez Junior. 5ª ed. SP: Atlas, 2012.

KAPLAN, R.S. *A estratégia em ação: balanced scorecard*. Coautoria de D. P. (David P.) Norton. RJ: Campus, 1997.

LEONE, G.S.G. *Curso de contabilidade de custos: contém critério do custeio ABC*. Coautoria de Rodrigo José Guerra Leone. 4ª ed. SP: Atlas, 2010.

SOUZA, M.A.; DIEH, C.A. *Gestão de custos: uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração*. SP: Atlas, 2009.

INFORMÁTICA APLICADA

Aplicação da informática e de novas tecnologias no desenvolvimento e atuação profissional do aluno. Softwares de criação de documentos. Elaboração de planilhas. Construção de apresentações e aplicativos. Edição de material audiovisual, comunicação e gestão financeira.

Bibliografia básica e complementar:

SILVA, M. G. *Informática: Terminologia, Microsoft Windows 8, Internet-Segurança, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft PowerPoint 2013, Microsoft Access 2013*. 1ª ed. SP: Ed. Érica, 2013.

MANZANO, A.L.N.G.; MANZANO, M.I.N.G. *Estudo Dirigido de Informática Básica*. 7ª ed. rev. atual. e ampl. SP: Ed. Érica, 2010.

VELLOSO, F. C. *Informática: conceitos básicos*. 9ª ed. rev. e atual. RJ: Elsevier, 2014.

MANZANO, A.L.N.G. *Estudo Dirigido de Microsoft Excel 2013*. 1ª. Edição. SP: Ed. Érica, 2014.

MANZANO, A.L.N.G.; MANZANO, J.A.N.G. *Estudo Dirigido de Microsoft Powerpoint 2013*. 1ª ed. SP: Ed. Érica, 2013.

LOGÍSTICA

As etapas dos processos de fornecimento dos insumos. A produção de bens e serviços. A entrega do produto final.

Bibliografia básica e complementar:

BALLOU, R. H. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial*. 5ª ed. RS: Ed. Bookman, 2006.

BOWERSOX, CLOSS E COOPER. *Gestão Logística de Cadeias de Suprimentos*. RS: Ed. Bookman, 2006.

MARTINS, R. S. e CAIXETA-FILHO, J. V. *Gestão Logística do Transporte de Cargas*. SP: Ed. Atlas, 2001.

DIAS, M. A. P. *Administração de Materiais uma Abordagem Logística*. 5ª ed. Ed. Atlas, 2010.

MARKETING

A função do marketing e sua evolução. Estudo de mercado. Entrega de valor. Produto, praça e promoção. A importância das marcas. Experimentação de processos criativos. Análise mercadológica. Redes sociais e comunicação digital. Pesquisa. Marketing pessoal e habilidades de empreendedorismo, oratória e relacionamento interpessoal.

Bibliografia básica e complementar:

KOTLER, P. *Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano*. RJ: Elsevier, 2010.

KOTLER, P.; KELLER, K.L. *Administração de Marketing*. 12ª ed. SP: Pearson Prentice Hall, 2006.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de Marketing: Metodologia, Planejamento, Execução e Análise*. SP: Atlas, 1993.

PORTER, M. E. *Estratégia Competitiva: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência*. 8ª Edição. RJ: Ed. Campus, 1991.

METODOLOGIA PARA MELHORIA E INOVAÇÃO

Introdução à melhoria. Aplicação de conhecimentos estatísticos - planos de amostragens. Emprego de modernas metodologias para melhoria de produto e processo – Seis Sigma. Eliminação dos gargalos e das perdas no processo produtivo – *Lean Manufacturing*. Melhoria da cadeia de valor. Identificação e priorização de problemas, das causas e das soluções. Desenho do novo processo e estabelecimento das novas metas de valor. Ferramentas para o gerenciamento das melhorias. Análise de modo e efeito de falha.

Bibliografia básica e complementar:

PANDE, S.P., NEUMAN, R. P., CAVANAGH, R.R., *Estratégia Seis Sigma: como a GE, a Motorola e outras grandes empresas estão aguçando seu desempenho*. RJ: Ed. Qualitymark, 2001.

METROLOGIA

Conhecimento e estudo de leitura e interpretação de desenho técnico. Operação e manuseio de instrumentos de medição. Avaliação de métodos de uso de instrumentos de medição e interpretação de suas leituras. Conhecimento de métodos de ensaios e suas aplicações.

Bibliografia básica e complementar:

LIRA, F. A. *Metrologia na Indústria*. SP: Ed. Érica, 2016.

MODELOS DE EXCELÊNCIA EM QUALIDADE

Conceitos de excelência em qualidade e seus benefícios. Fundamentos de excelência em qualidade. Avaliação de empresas conforme o Modelo de Excelência da Gestão® (MEG), uma metodologia de avaliação, autoavaliação e reconhecimento das boas práticas de gestão desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade. Aplicação da norma IATF de Sistemas de Gestão de Qualidade para empresas do ramo Automobilístico, incluindo seus manuais de referência: APQP - Planejamento Avançado da Qualidade do Produto, MSA - Análise de Sistemas de Medição, CEP - Controle Estatístico do Processo, PPAP - Processo de Aprovação de Amostras de Produção, e Método de Análise e Solução de Problemas - 8D.

Bibliografia básica e complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9000, *Sistemas de Gestão da Qualidade - Fundamentos e Vocabulário*. SP: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9001, *Sistemas de Gestão da Qualidade - Requisitos*. SP: ABNT, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9004, *Sistemas de Gestão da Qualidade - Diretrizes para Melhoria de Desempenho*. SP: ABNT, 2010.

INTERNATIONAL AUTOMOTIVE TASK FORCE. IATF 16949, *Sistemas de Gerenciamento da Qualidade - Requisitos de sistemas de gestão da qualidade para as organizações de produção automotiva e de peças de reposição*. 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. *Guia de Referência de Gestão para Excelência*. 21ª ed. SP: FNQ, 2016.

MARANHÃO, M. *ISO Série 9000 - Manual de Implementação*. RJ: Ed. Qualitymark, 1994.

PROCESSOS DE FABRICAÇÃO

Conhecimento sobre os diversos processos de fabricação e sobre os produtos decorrentes destes processos, proporcionando conhecimentos para rápida adaptação ao mercado de trabalho.

Bibliografia básica e complementar:

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Telecurso 2000 profissionalizante Mecânica V3 Processos de Fabricação*. SP: Ed. Globo, 2000.

SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO

Conhecimento sobre sistemas de gestão nos diversos segmentos de empresas. Padronização de processos e práticas reconhecidos mundialmente no âmbito do meio ambiente (ISO 14001). Segurança do trabalho, saúde ocupacional e ergonomia (OHSAS 18000 – ISO 45.001). Segurança de alimentos (ISO 22.000). Responsabilidade social (ISO 26.000 e ISO 16001). Qualidade para a construção civil (PBQP-h).

Bibliografia básica e complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 14001, *Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso*. SP: ABNT, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 22000, *Sistemas de gestão de segurança de alimentos - Requisitos para qualquer organização na cadeia produtiva de alimentos*. SP: ABNT, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 26000, *Diretrizes sobre Responsabilidade Social*. SP: ABNT, 2010.

BENSOSSAN, E. *Manual de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho*. SP: Atheneu, 1999.

BS OHSAS 18001, *Sistema de Gestão e certificação da segurança e saúde ocupacionais (SSO)*. British Standard, 2007.

MICHEL, O. *Acidentes do Trabalho e as Doenças Ocupacionais*. SP: LTr, 1999.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Resolução RDC 216 (15/09/2004)*. ANVISA, 2004.

NORMAS REGULAMENTADORAS. *Segurança e medicina do trabalho*. 14ª Edição. SP: Atlas, 1989.

PBQP-H - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT. *Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil – SiAC*. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/pbqp-h>> Acesso em: 28 mai 2019.

PARTE DIVERSIFICADA OBRIGATÓRIA

ÉTICA E CIDADANIA

A partir do pensamento de Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Espinosa, Kant, Nietzsche e Sartre, discussão e análise da relação entre ética e organização política e social, ética e trabalho, ética e educação e ética e estética.

Bibliografia básica e complementar:

- AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ESPINOSA, B. *Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. São Paulo: Autêntica, 2009.
- KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MARCONDES, D. *Textos Básicos de Ética: de Platão a Foucault*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- NIETZSCHE, F. *Aurora*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- _____. *Genealogia da Moral*. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- _____. *O Nascimento da Tragédia*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- PLATÃO. *A República*. Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004. _____ *Fédon*. Trad. Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- _____. *Protágoras*. Trad. Daniel R. N. Lopes. Coleção Textos 19. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- _____. *Teeteto*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 1973.
- SARTRE. *A náusea*. Trad. Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- _____. *O ser e o nada. Ensaio de ontologia fenomenológica*. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2003.

INGLÊS TÉCNICO

Desenvolvimento da comunicabilidade em Língua Inglesa e sensibilização dos alunos para os mecanismos de poder associados à língua na área técnica.

Bibliografia básica e complementar:

- AGA, GISELE. *Upgrade – Estudo e Ensino I*. São Paulo: Richmond, 2010.
- AMOS, E. & PRESCHER, E. & PASQUALIN ERNESTO. *Graded English*. Coleção Base. São Paulo: Ed. Moderna, 1996.
- FRANCO C. e TAVARES K. *Way to go*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2016
- MURPHY, Raymond. *English Grammar in Use*. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2000.
- PRESCHER, E. & AMOS, E. *Simplified Grammar Book*. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MATEMÁTICA BÁSICA

Nivelamento do conhecimento básico de matemática dos alunos, para cursar o itinerário formativo técnico de escolha, orientando-se pelo pressuposto de que a

aprendizagem em Matemática está intrinsecamente relacionada à compreensão, ou seja, à apreensão de significados dos objetos matemáticos, sem deixar de lado suas aplicações. Desenvolvimento das habilidades de realização dos algoritmos das operações, a habilidade de efetuar cálculos mentalmente, fazer estimativas, usar calculadora e, ainda, para decidir quando é apropriado usar um ou outro procedimento de cálculo. Destaque para a importância da comunicação em linguagem matemática com o uso da linguagem simbólica, da representação e da argumentação.

Bibliografia básica e complementar:

DANTE, L. R. *Matemática*. São Paulo: Ática, 2009.

IEZZI, G. et al. *Matemática, Ciências e Aplicações*. 6ª ed. São Paulo: Atual, 2010. v. 3.

LIMA, E. L. et al. *A Matemática do Ensino Médio - Coleção do Professor de Matemática*. Rio de Janeiro: SBM, 2008. v. 3.

REVISTA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA. SBM

SOUZA, J.; GARCIA J. *Contato Matemática*. 1ª ed. São Paulo: FTD, 2016.

18. Metodologia

A Metodologia consiste num conjunto de métodos fundamentados em pressupostos filosóficos que alicerçam um estudo particular e a autonomia de trabalho, partindo do princípio da individualidade e da formação diferenciada de cada docente e de sua capacidade de mobilizar e sensibilizar o outro à aprendizagem dos conteúdos dos componentes curriculares trabalhados por diferentes atividades pedagógicas.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 - LDB, os conteúdos e as metodologias serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades *on-line*.

Segundo a BNCC, a aprendizagem deve ser avaliada a partir de ações pedagógicas firmadas na seleção, produção, aplicação e avaliação dos recursos didáticos e tecnológicos

Dessa forma, a metodologia do trabalho pedagógico será diversificada, variando de acordo com as necessidades dos estudantes, o perfil do grupo/classe, as especificidades da disciplina, o trabalho do professor, dentre outras variáveis, podendo envolver: aulas expositivas dialogadas; utilização de recursos audiovisuais; leitura programada de textos; análise de situações-problema; esclarecimento de dúvidas e realização de atividades individuais, em grupo ou coletivas; aulas práticas em laboratório; projetos; pesquisas; trabalhos; seminários; debates; painéis de discussão; sociodramas; estudos de campo, estudos dirigidos e comparativos; tarefas extraclasse; orientação individualizada e em ambiente virtual de aprendizagem (Ex.: *Moodle/Classroom*).

O Planejamento do conteúdo e desenvolvimento da disciplina será anual, devendo ser reavaliado no início do segundo semestre. O professor planejará e reavaliará o desenvolvimento da disciplina, organizando a metodologia de cada aula/conteúdo, de acordo com as especificidades do plano de ensino.

19. Avaliação da aprendizagem

Sob a ótica de Sant'Anna avaliação é:

“Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático”.
(SANT'ANNA, 1998, p.29, 30)

Em 1993, Bloom constatou que a avaliação do processo ensino-aprendizagem apresenta três tipos de funções: diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e somativa (classificatória). Para o autor, a avaliação diagnóstica (analítica) permite conhecer a realidade na qual o processo de ensino-aprendizagem vai acontecer, portanto, sendo aplicável no início do ano, momento em que o professor objetiva verificar o conhecimento prévio de cada aluno, tendo como finalidade constatar os pré-requisitos necessários de conhecimento ou habilidades imprescindíveis dos estudantes. Na avaliação formativa (controladora), analisa-se se o aluno domina gradativa e hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de avançar para outra etapa subsequente de ensino-aprendizagem. Nessa avaliação, o aluno toma conhecimento dos seus erros e acertos e encontra estímulo para continuar os estudos de forma sistemática, além de permitir ao professor detectar e identificar deficiências na forma de ensinar, auxiliando na reformulação do seu trabalho didático, visando aperfeiçoá-lo. E, finalmente, a avaliação somativa (classificatória) tem como função básica a classificação dos alunos de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, sendo realizada ao final de um curso ou unidade de ensino.

Para a LDB - Lei 9.394/96 - o processo de avaliação da aprendizagem deve ser paralela e contínua, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. A verificação do rendimento escolar constará da aferição do desempenho do aluno e aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. A avaliação será norteada pela concepção formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas.

Ao abordar avaliação da aprendizagem, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, refere-se à construção e à aplicação de procedimentos de avaliação formativa

de processo ou de resultado que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da escola, dos professores e dos alunos.

Ao professor propiciará o diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem e a oportunidade de analisar sua prática pedagógica e suas estratégias de ensino conforme as necessidades de seus alunos.

Com caráter diagnóstico, contínuo, processual e formativo as avaliações serão obtidas mediante a utilização de vários instrumentos, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; relatórios; autoavaliação; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; participação em eventos culturais e pedagógicos; projetos interdisciplinares, entre outros.

19.1 Processo de Avaliação

A verificação do rendimento escolar fundamentará a avaliação do aproveitamento, expresso em notas e a apuração da assiduidade.

Independentemente da duração da jornada escolar, a seleção do conteúdo das avaliações é de autonomia do professor, porém as séries não poderão apresentar conteúdos muito diferentes entre si quanto ao prazo de cumprimento, pois, a cada final de semestre, os alunos poderão ser submetidos a um simulado contemplando o conteúdo do semestre, se não todo o conteúdo, ao menos 80% do proposto na Formação Profissional e outras áreas da Estrutura Curricular.

Os processos, instrumentos, critérios e valores de avaliação adotados pelo professor serão explicitados aos estudantes no início do período letivo, quando da apresentação do Plano de Ensino da disciplina. Ao estudante, será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações, mediante vistas dos referidos instrumentos, apresentados pelos professores como etapa do processo de ensino e aprendizagem.

Os alunos deverão ser submetidos a três ou mais instrumentos de avaliação, tendo seu rendimento registrado em, pelo menos, dois momentos, meados e final de cada semestre.

A avaliação do aproveitamento será contínua e compreenderá o acompanhamento do processo de aprendizagem, devendo incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes situações, nos objetivos propostos, trabalhos e atividades individuais ou em grupos, no desempenho global, crescimento e envolvimento no processo de aprendizagem e, além dos avanços já conseguidos em termos de construção de conhecimentos relativos aos diferentes componentes curriculares, nas habilidades e nas atitudes desenvolvidas durante o período. A análise deve privilegiar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, indicando a possibilidade de

prosseguimento de estudos. Portanto, caberá, como etapa final da avaliação do discente, a análise de seu rendimento global por área do conhecimento específico.

Em atendimento à LDB, considerar-se-á a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, assim como à BNCC (2018), que considera que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva, assumindo uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades.

19.2 Processo de Promoção

O processo de promoção na Educação Básica, segundo a LDB 9.394/96, Artigo 24, nos níveis fundamental e médio, será organizado de acordo com o inciso II, item a, por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola.

Considerar-se-á aprovado na respectiva disciplina, quanto à assiduidade e aproveitamento e estudo de recuperação, se necessário, o aluno que obtiver:

- 12 (doze) pontos em cada componente curricular no final dos dois semestres, tendo a média de cada semestre peso 1, média aritmética igual ou superior a 6.0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco) do total exigido de horas letivas.

- média final igual ou superior a 6.0 em cada área (Formação Profissional e Parte Diversificada Obrigatória) média das notas finais igual ou superior a 6.0 (seis).

- os estudantes com frequência global mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades e que não forem aprovados por média igual ou superior a 6.0 (seis) no componente curricular ou na avaliação global por área de conhecimento terão sua situação analisada pelo Conselho de Classe.

19.3 Processo de Recuperação

A Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, Artigo 24, inciso V, item a, aborda a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Considera-se que a recuperação, integrada no processo regular de

aprendizagem, tem por objetivo possibilitar ao aluno a superação de insuficiências verificadas em seu aproveitamento e será conduzida prioritariamente como orientação e acompanhamento do que o aluno aprendeu e o que precisa aprender. Será contínua e paralela no decorrer do ano letivo, conforme o desenvolvimento dos conteúdos pelos alunos, cujo aproveitamento seja considerado insuficiente, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Ficará sujeito à recuperação o estudante que obtiver, no componente curricular, nota final inferior a 6.0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas e demais atividades. Fica assegurada ao estudante a recuperação paralela das aprendizagens não alcançadas, que deverão ser trabalhadas, antecedendo a recuperação final, conforme previsão no plano de ensino do professor.

A nota da avaliação de recuperação final deverá compor a soma de doze pontos totais quando adicionada a média final. Caso a soma das notas (média final + recuperação) seja superior a doze pontos, o aluno ficará com a média 6.

Se a nota de recuperação do aluno for inferior à nota já alcançada, o aluno permanecerá com a média já obtida.

Será submetido a julgamento de Conselho de Classe o aluno que obtiver, após os estudos e avaliações de recuperação, nota abaixo da mínima estabelecida para aprovação.

19.4 Retenção

Será retido, mesmo após estudos de recuperação, o aluno que obtiver:

- frequência inferior a 75% (setenta e cinco) em qualquer dos componentes curriculares, ou inferior a 75% (setenta e cinco) do total da área de conhecimento, qualquer que seja a média de aproveitamento;

- média inferior a 6.0 (seis), independentemente da frequência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento), em pelo menos uma área do conhecimento;

- média final inferior a 6.0 (seis) e frequência inferior a 75% (setenta e cinco) em uma das áreas de conhecimento, após análise do Conselho de Classe.

20. Trancamento

O aluno que estiver impossibilitado de frequentar o curso no ano letivo, por motivo de doença grave, ausência temporária do país para participar de intercâmbio cultural ou impedimento de força maior devidamente comprovado, e desejar reservar sua vaga para o próximo ano, deve dirigir-se à Secretaria Acadêmica para solicitar o “trancamento” da matrícula, com anuência expressa dos pais ou responsáveis, o que

será analisado pelo Conselho Diretor. O requerente deverá frequentar normalmente as aulas enquanto aguarda a decisão final do Conselho.

O Regimento Escolar não permite trancamento a alunos da 1ª série, com ressalva à aprovação do Conselho Diretor após análise do caso.

21. Conselho de Classe

Em 1971, foram instituídos no Brasil os Conselhos de Classe pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional publicada no mesmo ano (Lei 5.692/71), ambos refletiam o autoritarismo característico da sociedade da época. Porém, com a Constituição de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases promulgada em 1996 (Lei 9.397/96), foi assegurado a todos o direito à educação sem discriminação e de forma mais democrática, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e à preparação para o exercício da cidadania. O Conselho de Classe teve suas funções redefinidas perante a comunidade escolar e sua função passou a ser a de avaliar a eficácia da ação pedagógica e não apenas verificar notas ou problemas disciplinares dos alunos.

Dessa forma, o Conselho de Classe terá a finalidade de avaliar o aluno integralmente em relação à aquisição de conhecimentos, atitudes, valores, habilidades sociais e psicomotoras; em relação ao processo educativo, visando atingir os objetivos da educação, especificamente o rendimento do aluno e da turma; o cancelamento ou o impedimento de renovação de matrícula de alunos com problemas disciplinares consolidados por registros realizados no sistema acadêmico, durante o ano letivo.

O Conselho de Classe, órgão consultivo e deliberativo, deverá atender ao disposto no Regimento Escolar e, entre as suas funções, deverá acompanhar o rendimento escolar de uma determinada série ou classe, em caráter individual, procedendo a sua constante avaliação, incentivo, aconselhamento e julgamento ao final do ano letivo; analisar os problemas da classe como um todo e os referentes a diferenças individuais dos alunos; proceder à avaliação global dos alunos com vistas à recuperação contínua e paralela e à promoção ou retenção no final do ano letivo e propor medidas que contribuam para a eficiência do processo educativo.

O Conselho de Classe ocorrerá em dois momentos, no primeiro e no segundo semestre. No primeiro semestre, será feita a análise da turma, identificando progressos, detectando dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, propondo alternativas didático-pedagógicas a serem adotadas visando sanar as dificuldades encontradas. No segundo semestre, a análise constituirá do entendimento geral do rendimento e frequência globais dos alunos.

O Serviço de Orientação Educacional - SOE - informará aos pais sobre as alternativas didático-pedagógicas, planos de estudos e monitorias que o aluno deverá

realizar para sanar suas dificuldades e aprimorar suas habilidades e capacidades pedagógicas.

22. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade escolar de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo pertinente à área de formação profissional do educando. Corrobora com o processo de ensino-aprendizagem, sendo importante elo entre a teoria e a prática, propiciando diferentes demandas da prática profissional.

O TCC é optativo e tem duração de 180 horas. O(a) aluno(a) que optar por seu desenvolvimento terá sua carga horária acrescida à regular e obrigatória em seu Histórico Escolar. Seu desenvolvimento dar-se-á na série final do curso, a fim de aprofundar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e desenvolver as atividades propostas de forma satisfatória para o aprendiz.

Sua realização envolve o desenvolvimento e domínio de forma consolidada e aprofundada de um tema/assunto (pertencente à estrutura curricular do curso) escolhido pelo(a) aluno(a) em convergência com o(a) professor(a) orientador(a). Para tanto, é necessária a elaboração de um trabalho acadêmico teórico sob orientação de um(a) professor(a). O modelo do trabalho e outras informações necessárias estão disponíveis no site do COTIL.

Ao término do TCC, o(a) aluno(a) fará uma apresentação do trabalho para uma banca examinadora para sua aprovação.

23. Estágio supervisionado

O estágio é ato escolar supervisionado que proporciona ao aluno uma integração ao mundo do trabalho e visa ao desenvolvimento dos componentes curriculares e ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Deverá atender à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e ao disposto no Regimento Escolar.

O estágio supervisionado é optativo e tem duração mínima de 360 horas, não podendo exceder a jornada de 6 horas diárias e 30 horas semanais. O(a) aluno(a) que optar por seu desenvolvimento terá sua carga horária acrescida à regular e obrigatória em seu Histórico Escolar.

O(A) aluno(a) poderá iniciar o estágio supervisionado a partir da segunda série do curso, em instituições públicas ou privadas. Recomenda-se sua realização na série final, a fim de aprofundar os conhecimentos adquiridos em sala de aula e desenvolver as atividades propostas de forma satisfatória para a parte concedente e para o

aprendizado. Para seu desenvolvimento, é necessário celebrar Convênio de Concessão de Estágio, com Termo de Compromisso e Plano de Atividades. Os modelos dessas e de outras documentações necessárias estão disponíveis no site do COTIL. Agentes intervenientes também poderão celebrar convênios de estágio.

O aluno que comprovar exercer ocupação idêntica àquela a que se refere o curso, poderá, em casos específicos, ter computado o tempo de trabalho para efeito de estágio.

Ao término do estágio, o(a) aluno(a) preencherá o relatório final e o encaminhará ao Colégio para sua aprovação.

24. Projeto integrador

O projeto integrador é uma prática pedagógica de interdisciplinaridade que concatena os assuntos e conteúdos abordados em sala de aula durante o curso. Possibilita relacionar a teoria e a prática profissional por meio de desenvolvimento de projetos que atendam a demanda e ao interesse da comunidade local. Além disso, permite estimular as competências requeridas pelo mercado de trabalho, dentre elas: visão sistêmica, criatividade, proatividade, resolução de problemas e trabalho em equipe. Sua realização é orientada por um(a) professor(a), com a colaboração de todos os professores do curso.

As diretrizes e orientações do projeto integrador e outras informações necessárias para sua realização estão disponíveis no site do COTIL.

Ao término das aulas, os(as) alunos(as) farão uma apresentação do projeto para uma banca examinadora para sua aprovação.

25. Critérios de aproveitamento de estudos

A LDB (Lei nº 9.394/96) no artigo 24, inciso V, item d, aborda a possibilidade de verificação do rendimento escolar a partir do aproveitamento de estudos concluídos com êxito. Terá direito a requerê-lo aqueles que estiverem em conformidade, ainda, com o artigo 39, parágrafo segundo, item II, quanto ao tipo de formação de Educação Profissional Técnica de nível médio.

Será considerado o aproveitamento de estudos dos componentes curriculares já cursados com aprovação, nos Colégios Técnicos da UNICAMP – COTIL e COTUCA - ou instituição congênere, desde que dentro do mesmo nível de ensino, observando os pressupostos legais, como a LDB e as Normas Institucionais.

26. Dispensa de disciplina

É permitido pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispensa na disciplina

de Educação Física aos discentes, nos casos abaixo relacionados (§3º do art. 26):

- cumprir jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- ser maior de trinta anos de idade;
- estar prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- estar amparado pelo Decreto-Lei nº1.044, de 21 de outubro de 1969, sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções congênitas ou adquiridas;
- ter prole (filho).

A solicitação deve ser feita à Direção Acadêmica, no ato da matrícula ou quando o aluno atender a um dos itens acima, através de protocolo de dispensa de disciplina preenchido na Secretaria Acadêmica da unidade com os documentos comprobatórios.

27. Atividades de pesquisa

As atividades de pesquisa desenvolvidas no Colégio vão ao encontro da política de estímulo à pesquisa, implementada pela Pró-Reitora de Pesquisa da UNICAMP – PRP. Nossos professores proporcionam aos alunos interessados um primeiro contato com a ciência por meio da orientação de projetos de Iniciação Científica Júnior. O COTIL também oferece, anualmente, Oficina de Escrita Científica, para auxiliar os alunos a desenvolverem temas atuais relevantes com as técnicas de investigação científica disponíveis.

Além disso, a PRP oferece para os alunos dos colégios técnicos dois programas de pesquisa:

- Ciência e Arte na Férias – CAF: realizado anualmente no mês de janeiro, tendo como objetivo despertar jovens talentos para a pesquisa científica e atividades artísticas e envolvê-los, desde cedo, em atividades práticas em que haja contato com os desafios atuais da ciência, a metodologia do trabalho científico, o ambiente humano dos laboratórios de Pesquisa e as diferentes formas de expressão artística.

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio - PIBIC-EM: proporciona aos estudantes do Ensino Médio a oportunidade de desenvolver atividades de Iniciação de Pesquisa Científica, sob a orientação de professores e pesquisadores desta Universidade.

Assim como a PRP, a Agência de Inovação da UNICAMP - INOVA - também proporciona uma oportunidade aos alunos do Colégio:

- Inova Jovem: competição anual de empreendedorismo destinada aos alunos do Ensino Médio e Técnico para capacitá-los nas metodologias de *Design Thinking*, *Lean Canvas* e *Pitch*, propondo inovações ou criando novos negócios de impacto.

28. Atividades de extensão

As práticas de extensão cumprem o papel de conduzir a Universidade a atividades interdisciplinares, educacionais, culturais, científicas e políticas, promovendo a interação e a transformação de todos os agentes envolvidos e, assim, desenvolvendo a sua essência para com a sociedade. Portanto, as atividades de extensão são um importante ponto de conexão da Universidade com a comunidade, que, dentro do conceito de educação continuada, atendem a um perfil heterogêneo de pessoas.

Na Universidade, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC - é o órgão responsável pela idealização, promoção e desenvolvimento da Extensão e Cultura, cabendo à Escola de Extensão da UNICAMP – EXTECAMP a coordenação, supervisão, organização e divulgação dos cursos de extensão.

No âmbito do Colégio, essas atividades são de responsabilidade de seu Coordenador de Extensão. Os professores recebem incentivo e apoio para desenvolverem cursos, práticas e atividades extensionistas que atendam às necessidades e às demandas da sociedade.

29. Internacionalização

Criado em 2014, o Programa de Internacionalização da UNICAMP contempla, desde seu início, a internacionalização dos Colégios Técnicos. Editais são lançados anualmente pela DERI – Diretoria Executiva de Relações Internacionais com o objetivo de promover a cooperação acadêmico-científica internacional, dando oportunidade para docentes, acompanhados por um grupo de alunos, realizarem visitas técnicas a instituições fora do país. Os editais divulgados pela DERI também contemplam os funcionários do Colégio.

Além dos editais de internacionalização, a Universidade, em parceria com a *Beijing Jiaotong University* e a Sede do Instituto Confúcio na China, oferece aos alunos da graduação e do Colégio cursos de língua e cultura chinesa (Mandarim).

30. Apoio ao discente

O apoio ao discente tem como objetivo principal fornecer o acompanhamento e os instrumentais necessários para o(a) aluno(a) iniciar e prosseguir seus estudos.

Na área acadêmica, o COTIL oferece o Serviço de Orientação Educacional – SOE (previsto no Regimento Escolar), para assessorar o pleno desenvolvimento do processo educativo em atenção não apenas à qualidade do ensino, mas também à qualidade de vida de nossos alunos. Dentre os serviços oferecidos, destaca-se a orientação dos alunos em cooperação com os professores, a família e a comunidade; acompanhamento escolar alinhado aos interesses, aptidões e habilidades do educando

e encaminhamento à especialistas quando exigirem assistência especial; participação no processo de avaliação e recuperação dos alunos, sugerindo medidas ou estratégias que facilitem a obtenção de resultados positivos; atendimento aos pais e alunos para esclarecimentos relativos ao processo de orientação destes e participação das reuniões de Conselho de Classe, subsidiando o trabalho dos professores.

Na área da saúde, a Coordenadoria de Serviços Sociais – CSS/CECOM (órgão responsável pelo planejamento e execução das ações de promoção e prevenção, assistência e reabilitação da saúde, direcionadas à comunidade da Universidade) oferece atendimento ambulatorial gratuito aos seus alunos, funcionários docentes e não docentes em diversas especialidades médicas, Saúde Mental, Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem e Odontologia. O Ambulatório Médico-Odontológico no *campus* I em Limeira foi criado em 1986, e atualmente realiza atendimento médico, odontológico e de enfermagem. Além disso, desenvolve atividades de prevenção às doenças: campanhas e bloqueios de vacinação, palestras de saúde em geral, orientações de saúde aos alunos ingressantes, acompanhamento dos casos de vigilância epidemiológica e treinamento em Primeiro Socorros. O CECOM também oferece atendimento terapêutico aos alunos dos Colégios pelo Laboratório do Adolescente, com psicólogo e médicos psiquiátricos residentes, para tratar dos problemas relacionados à adolescência.

31. Avaliação do curso

A UNICAMP realiza, tradicionalmente, a Avaliação Institucional da Universidade e de suas unidades. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário – PRDU atua diretamente neste processo contínuo e permanente, que analisa de forma global e integrada as atividades, estruturas, relações, compromisso social, finalidades e responsabilidades sociais da instituição e de seus cursos. A avaliação é articulada com o ciclo de Gestão Estratégica da Universidade e desenvolvida por comissões interna e externa.

32. Ações inclusivas

É assegurado, no Colégio, um sistema educacional inclusivo, com igualdade de oportunidades educacionais para todos. Ações são realizadas desde o Exame de Seleção até a conclusão do curso pelos alunos. Os professores recebem orientações individuais de procedimento com alunos que apresentam documentos comprobatórios da condição diferenciada, como relatórios, laudos, e avaliações neuropsicológicas, ou envolvidos em questões sociais e emocionais relevantes. O acompanhamento do desempenho do discente é realizado pela equipe do SOE.

Além disso, a Universidade oferece diversos tipos de bolsas-auxílio para facilitar

a permanência dos alunos nos cursos; no Colégio, são oferecidas a Bolsa Auxílio Social, a Bolsa Alimentação e a Bolsa Transporte.

33. Equipe de trabalho

33.1 Departamento de Qualidade

O Departamento, menor unidade administrativa, didática e de ensino do COTIL, resulta na união harmônica das atividades afins e é responsável pelo desenvolvimento dos programas de ensino necessários ao cumprimento do curso pelo qual é responsável, e prestação de serviços à comunidade, dentro de sua competência.

Chefe do Departamento de Qualidade: Prof. Ubiratã da Silveira Bueno. Ubiratã possui graduação em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Metodista de Piracicaba (1988), com especialização em Engenharia da Qualidade (FAAP) e Pós-Graduação em Administração de Empresas para Executivos (INPG). Tem experiência de 35 anos na área de Engenharia de Produção, com ênfase em Gestão da Qualidade. É certificado Six Sigma Black Belt pela ASQ (American Society for Quality) e certificado Master Black Belt pela TRW Automotive. Tem Especialização em Melhoria Contínua (5S, Kaizen, Lean, Monozukuri) no Japão pela JICA - Japan International Cooperation Agency. É professor do COTIL desde 1997.

Vice-chefe do Departamento de Qualidade: Prof. Romeu Aparecido Balaben. Técnico Mecânico pelo COTIL, Engenheiro de Produção pela UNIMEP, Mestre pela UNICAMP. 30 anos de experiência na Caterpillar nas áreas Engenharias. Viagens profissionais para USA, China e Japão.

33.1.1 Docentes da Formação Profissional

Nome do(a) professor(a)	Titulação
Amauri Aparecido Aguiar	Graduação: Engenharia de Produção Materiais - UFSCar Pós-Graduação: Curso de Extensão - Engenharia da Qualidade Industrial - UNICAMP Mestrado: Qualidade - UNICAMP
José Fernando Franco da Rocha	Graduação: Engenharia Industrial Mecânica - UNIMEP Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Qualidade - UNICAMP
Juliana Raquel de Miranda Pontes Kussumoto	Graduação: Bacharel em Propaganda, Administração - UNIMEP Mestrado: Engenharia de Produção e de Manufatura - UNICAMP

Murilo de Sena Cagliari	Graduação: Bacharel em Propaganda, Publicidade e Criação - Universidade Presbiteriana Mackenzie Pós-Graduação: Gestão da Comunicação Empresarial - Aberje/ESEG
Romeu Aparecido Balaben	Graduação: Engenharia de Produção - UNIMEP Pós-Graduação: Especialização lato sensu em Engenharia da Qualidade Industrial - UNICAMP Pós Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Processo Ensino Aprendizagem - UNICLAR - Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes para as Disciplinas do Currículo da Educação Profissional em Nível Médio - CEETEPS Mestrado: Gestão da Qualidade Total - FEM - UNICAMP
Thalita Thauana Bernardo	Graduação: Engenharia de Produção - UFSCAR
Ubiratã Silveira Bueno	Técnico: Mecânica - COTIL Graduação: Engenharia Industrial - UNIMEP Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Administração e Engenharia da Qualidade Produtos e Serviços - FAAP Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Administração de Empresas para Executivos - INPG

33.1.2 Docentes da Parte Diversificada Obrigatória

Nome do(a) professor(a)	Titulação
Alda Maria Rossi	Graduação: Licenciatura em Letras - PUC Graduação: Pedagogia - UNINTER Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Psicopedagogia - ISCA
Alexandre Calligaris Simões	Graduação: Engenharia Mecânica - Escola de Engenharia de Piracicaba - EEP Graduação: Complementação Pedagógica em Matemática - Faculdades Claretianas Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Metodologia do Ensino e Aprendizagem da Matemática - Faculdade de Educação São Luis Mestrado: Matemática - UNESP

<p>André Albino de Almeida</p>	<p>Graduação: Bacharelado em Filosofia - UNICAMP Graduação: Licenciatura em Filosofia - UNICAMP Graduação: Bacharelado em Letras - UNICAMP Graduação: Licenciatura em Letras - UNICAMP Mestrado: Linguística - UNICAMP Doutorado: Educação - UNICAMP</p>
<p>Carla Cristina Fonte Bergonci</p>	<p>Graduação: Licenciatura em Matemática - UNICAMP Graduação: Licenciatura em Pedagogia - FACON (em andamento) Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Matemática - IMECC / UNICAMP Mestrado: Matemática - UNICAMP</p>
<p>Cristiane Margareth Mion Ramos</p>	<p>Graduação: Matemática - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Matemática - União das Faculdades Claretianas Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> Metodologia do ensino de Matemática e Física - UNINTER</p>
<p>Murilo França Tabosa</p>	<p>Graduação: Licenciatura em Matemática - UNICAMP Pós-Graduação: MBA em Gestão Escolar - USP/ESALQ Pós-Graduação: Curso de aperfeiçoamento em Tecnologias Educacionais: aplicações e possibilidades - UFSCAR Pós-Graduação: Curso de aperfeiçoamento em Tecnologia e Educação para o século XXI - UFSCar. Mestrado: História da Educação - UNICAMP Doutorado: PECIM/FE - UNICAMP (em andamento)</p>
<p>Regiane Ap. Emiliano Potenza</p>	<p>Graduação: Letras - Licenciatura com Habilitação Português/Inglês - Universidade Metodista de São Paulo Graduação: Pedagogia - Licenciatura Plena - Centro Universitário Claretiano Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Ensino de Português, Literatura e Redação - Centro Universitário Claretiano Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> para Docentes em Língua Inglesa - UNESP Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> - Curso de Formação Específica: Língua Inglesa - Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores "Paulo Renato Costa Souza" Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira - UNINTER</p>

Ricardo Neves Biazzi	Graduação: Licenciatura em Matemática - UFSCAR Graduação: Licenciatura em Pedagogia - FACION (em andamento) Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Matemática - IMECC / UNICAMP Mestrado: Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - UNESP
Rosa Maria Boccia Ragonha	Graduação: Licenciatura em Letras - UNIMEP Pós-Graduação: Especialização <i>lato sensu</i> em Docência Universitária: Métodos e Técnicas - UNASP

33.2 Corpo técnico-administrativo

Servidor	Função
Aline Serpeloni Aleixo Ferreira	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Ângela Ap. de Alcântara Fachinelli	PAEPE - Profissional Apoio Técnico de Serviços
Ângela Rosa Locateli de Godoy	PAEPE - Profissional da Tecnologia Informação e Comunicação
Claudinei Gomes da Silva	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Daniel Rogério Alves	PAEPE - Profissional Apoio Técnico de Serviços
Dorothei Aparecida Macedo Venancio	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Edmilson Fernando Honório	PAEPE - Tecnólogo
Jane Valery Guerreiro Benazzi	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
José Mateus Ucelli	PAEPE - Profissional da Tecnologia Informação e Comunicação
Gabriela Signorelli	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Grazieli de Souza Lima	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Lívia Salvador Basso	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Luciano Mucini	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Luis Fernando Chang de Oliveira	PAEPE - Tecnólogo
Maria Luisa Motta	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Paulo Aparecido Cintra	PAEPE - Profissional da Arte, Cultura e Comunicação
Rafael Rossi Adam	PAEPE - Profissional da Arte, Cultura e Comunicação
Renan Vinícius Meyer	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos

Sílvia Helena Covais	PAEPE - Profissional para Assuntos Administrativos
Telma Rocha	PAEPE - Profissional da Tecnologia Informação e Comunicação
Vera Lúcia Ferreira da Silva Pereira	PAEPE - Profissional Apoio Técnico de Serviços
William Roberto de Paiva	PAEPE - Profissional da Tecnologia Informação e Comunicação

34. Instalações e equipamentos

Todas as salas de aula, assim como todos os laboratórios, são modernamente equipados para desenvolvimento das aulas e da prática profissional, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades através de um processo de ensino-aprendizagem focado em situações-problema. Além disso, a UNICAMP oferece o acesso à rede *wi-fi* dentro das dependências do Colégio e da Universidade. São realizados constantes investimentos em infraestrutura e equipamentos para melhor atenderem às demandas e necessidades dos cursos.

34.1 Infraestrutura física

Instalações em uso	Quantidade De Salas	Área construída (m ²)
Administração e/ou de apoio	08	500
Ambulatório médico-odontológico	01	210
Anfiteatro	01	150
Arquivo permanente	01	21
Banheiros	12	105
Campo de futebol	01	2000
Departamentos	07	147
Diretoria	05	217
Laboratórios de Informática	02	127,99
Laboratório de Enfermagem	01	111,36
Laboratório de Microbiologia	01	28,2
Laboratório de Exatas (Química, Física, Biologia e Matemática)	01	143,33
Laboratório de Produção Mecânica	01	283,25
Laboratório de Metrologia e Ensaios	01	86,57
Laboratório de Automação e Controle	01	60
Laboratório de Informática Aplicada	01	85,21
Laboratório de Informática - CAD (Departamento de Mecânica)	01	88,29
Laboratório de Desenho I (Departamento de Mecânica)	01	88,20
Laboratório de Desenho II (Departamento de Construção Civil e Geomática)	01	85,28

Laboratório de Informática - CAD (Departamento de Construção Civil e Geomática)	01	95,89
Laboratório de Topografia	01	14,94
Sala de aula	19	1500
Sala de convivência	01	45
Sala de Multimeios	01	30
Sala de tecnologia, informação e comunicação	01	60
Secretaria acadêmica	01	42
Posto de apoio institucional	01	21
Serviço de orientação educacional	01	42
Quadra poliesportiva	02	650
Quadra de areia	02	300
Vestiário	02	42
Cantina	01	300
Biblioteca	01	335

34.2 Laboratórios

34.2.1 Laboratório do curso técnico de Qualidade

As aulas práticas do curso são desenvolvidas no Laboratório de Informática (disciplinas de Informática Aplicada, Controle Estatístico do Processo, Logística e Metodologia para Melhoria e Inovação), Laboratório de CAD (disciplina de Desenho Técnico) e Laboratório de Metrologia (disciplina de Metrologia). O Laboratório da Qualidade está em fase de implantação, e contará com os equipamentos abaixo relacionados.

Descrição dos equipamentos
Notebook
Paquímetros universal capacidade 150mm e resolução 0,05mm.
Micrômetros Externo 0-25mm 0,001mm.
Catapultas para exercício de 6 Sigma
Impressora 3D

Softwares a serem instalados no laboratório		
Office Professional	Minitab	AutoCad 64 bits

35. Biblioteca

A Biblioteca do COTIL foi criada em 1969. A partir de 1991, houve a junção da Biblioteca do COTIL com a Biblioteca da FT (criada em 1989), instituindo a Biblioteca Unificada FT/CTL, que faz parte do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP – SBU

(constituído pelo Órgão Colegiado, Coordenadoria do SBU, 29 Bibliotecas e Comissões de Bibliotecas). Ocupa o atual prédio desde 1999, com uma área de 335m², e tem como objetivo oferecer informações técnico-científicas como suporte aos programas de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, possui em seu acervo físico, quase 19 mil itens, entre livros, revistas, periódicos etc. Aberta ao público nos períodos diurno e noturno, também oferece acesso a salas de estudo e computadores conectados à internet.

36. Acessibilidade

A Universidade atua fortemente em melhorias de acessibilidade em seus *campi*. Atualmente, trabalha em projetos resultantes de um estudo que identificou os pontos críticos de acessibilidade, as demandas de regularizações e os planos de requalificação estrutural de prédios, calçadas, praças e espaços de convívio universitário. Sua visão de futuro envolve um espaço universitário acessível, inclusivo e seguro.

O *campus* I da UNICAMP, em Limeira, possui adaptações físicas para deficientes, como vagas reservadas no estacionamento e rampas de acesso, e passa por constantes melhorias.

Além da acessibilidade física, a Biblioteca Central César Lattes, no *campus* de Barão Geraldo, oferece um Laboratório de Acessibilidade com serviços especializados de tecnologias de informação e comunicação que viabilizam a inclusão de pessoas com necessidades especiais na vida acadêmica.

37. Referências Bibliográficas

ALVES, W. L. U. *A História da Educação no Brasil: da Descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996*. 2009. 93 p. Monografia (Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Metodologia do Ensino Superior) - UNISALESIANO, Lins, SP, 2009.

BLOOM, BS, HASTINGS, T, MADDAUS, G. *Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar*. São Paulo: Pioneira, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2001*. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

ECONODATA – *Plataforma de Pospecção, 2019*. <https://econodata.com.br/>. Data de acesso: 01 de maio de 2019.

FUNDAÇÃO SEADE – *Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 2019*. <https://www.insper.edu.br/biblioteca-telles/recursos-de-busca/seade/>. Data de acesso: 15 de maio de 2019.

SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos*. 3ª

ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

38. Modelos de Certificados e Diplomas

O COTIL emitirá diploma e certificado de conclusão aos alunos concluintes, com a organização curricular e respectivas cargas horárias impressas no verso do documento. O modelo será o utilizado no Colégio para curso técnico integrado ao ensino médio.